

AH

(Signature)

município  
**tavira**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA**  
(Mandato 2021-2025)

**ATA n.º 3/2022**

**Sessão Ordinária Pública, de 29 de abril de 2022**

**Local:** Salão da Junta de Freguesia em Luz de Tavira, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira.

**Mesa:**

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.ª Secretária: Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves

2.ª Secretária: Natércia Maria Teixeira Joaquim

**Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:**

- Maria Dulce Rodrigues Filipe Reis (PPD/PSD);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- Jorge Humberto Martins Corvo (PPD/PSD);
- Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- Jorge Eduardo Pereira Cruz (PPD/PSD);
- Jovita Fátima Romano Ladeira (PS);
- Liliana Ribeiro Fernandes (PPD/PSD);
- David Martins (PS);
- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);

- Gisela Sofia Viegas (PS);
- João Pedro Rôlo Correia (PPD/PSD);
- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Luís Filipe Albino Silva (PS);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Nuno Leonel Gonçalves Mateus (PS);
- Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa (PPD/PSD);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS).

**Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:**

- Junta de Freguesia de Tavira, José Mateus Domingos Costa;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Francisco da Silva;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Conceição e Cabanas de Tavira, Ângelo Filipe Silva Pereira;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Carla Patrícia Maié Martins;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

**Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:**

- Ana Cristina dos Santos Palmeira (PS);
- Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira (PPD/PSD);
- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD).

--- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada no Salão da Junta de Freguesia da Luz de Tavira, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, José Manuel Madeira Guerreiro, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e nove minutos. -----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, os deputados municipais, presidentes de junta, o público presente e o que estava a assistir via *Facebook*, mencionando que a sessão estava a ser transmitida com a colaboração de uma empresa. -----

--- Atendendo a que a segunda secretária tinha pedido substituição, solicitou à Líder de bancada do PSD que indicasse quem a iria substituir. -----

--- **A Líder de bancada do PSD** indicou a Deputada Municipal Natércia Joaquim, que tomou lugar na Mesa da Assembleia Municipal. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinha dado início ao cumprimento do compromisso de descentralização das assembleias municipais, que se tinha iniciado com a realização da Assembleia Municipal na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão, agradecendo ao Presidente da Junta de Freguesia e ao seu Executivo a disponibilidade e colaboração. Mencionou que, para preparar toda a logística, nomeadamente efetuar a transmissão, tinha sido necessário recorrer a uma empresa externa tendo também contado com a colaboração dos funcionários do Município, da Junta de Freguesia, serviços de apoio, de informática e som, referindo ainda todo o trabalho realizado para que, quando chegassem estivesse tudo preparado a funcionar, e também para que os munícipes pudessem assistir presencialmente e em casa, pois após terem sido realizadas várias assembleias por videoconferência, não iriam deixar de o fazer, passando a ser uma prática das assembleias municipais. Agradeceu ainda a Luís Gago o empenho e colaboração. -----

--- Referiu que a primeira secretária Maria Margarida Flores iria proceder à chamada. -----

--- **Presenças:** Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ana Rita Gonçalves Pacheco, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Gisela Sofia Viegas, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, João Pedro Rolo Correia, Jorge Eduardo Pereira Cruz, Jorge Francisco da Silva, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Mateus Domingos Costa, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Luis Filipe Albino Silva, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves, Muriel Cristina Dias, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Rafael Ribeiro Dias, Silvano Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira, Sónia Margarida Correia Tomás. -----

----A Deputada Municipal Liliana Ribeiro Fernandes não se encontrava presente no momento da chamada. -----

----A Deputada Municipal Ana Cristina dos Santos Palmeira solicitou substituição tendo sido substituída por Luis Filipe Albino Silva.-----

---Os deputados municipais Silvino Mário Pereira das Dores Santos de Oliveira e Muriel Cristina Dias Neto solicitaram substituição tendo sido substituídos por Jorge Eduardo Pereira Cruz e Natércia Maria Teixeira Joaquim, respetivamente. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal**, José Manuel Madeira Guerreiro, deu a palavra à Segunda Secretária Natércia Joaquim, para informar sobre a correspondência recebida, desde a última sessão da Assembleia Municipal. -----

--- **A Segunda Secretária Natércia Joaquim** informou os membros da Assembleia Municipal, nos termos alínea m) do artigo 7º do regimento, que desde a última sessão foi tinda sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal a correspondência que passava a elencar: -----

--- A CI - AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), solicitou informação sobre a delegação de competências na AMAL;-----

--- A Múncipe Maria José de Sousa Martins agradeceu o Voto de Congratulação aprovado na sessão de Assembleia Municipal realizada no dia 17 de fevereiro de 2022;-----

--- O Múncipe Liberto Lesinho Pires remeteu documentos sobre os contentores-habitação e outras ilegalidades existentes na área de residência; -----

--- A Assembleia da Republica acusou a receção do Voto de Solidariedade Com a Ucrânia, aprovado na sessão da Assembleia Municipal de 11 de março de 2022; -----

--- O Núcleo de Tavira da Liga dos Combatentes remeteu convite para as Comemorações da Batalha de La Lys, a realizar no dia 09 de abril;-----

--- A Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) remeteu o Relatório do Estatuto de Direito de Oposição, do mês de abril;-----

--- A DFK, Ferro, Silva & Associados, SROC, Lda. remeteu Memorando de Informação Económico-financeira do Município de Tavira referente ao ano de 2021;-----

--- A Deputada Municipal Ana Cristina dos Santos Palmeira solicitou a sua substituição na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022; -----

--- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve solicitou o agendamento de uma reunião conjunta com os autarcas dos órgãos executivo e deliberativo do Município;-----

--- O Grupo de cidadãos dinamizadores da iniciativa de atribuição do nome “*Almirante Gago Coutinho*” ao Aeroporto Internacional de Faro remeteram proposta de atribuição do nome “*Almirante Gago Coutinho*” ao aeroporto internacional de Faro;-----

- O Partido CHEGA (CHEGA) remeteu Voto de Congratulação à atleta taviense Cármen Filipa Claudino Figueiredo que se tinha estreado pela Seleção Nacional A de Andebol; -----
- O CHEGA remeteu Moção intitulada “*Pelo Hospital Central do Algarve*”; -----
- O Deputado Municipal Silvino Mário Pereira Oliveira solicitou a sua substituição na sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022; -----
- O Partido Socialista (PS) remeteu Voto de Pesar pelo falecimento de Gilberto Ferro; -----
- A Deputada Municipal Muriel Dias Neto solicitou a sua substituição na sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2022; -----
- O Partido Social Democrata (PSD) remeteu Voto de Louvor e reconhecimento pelo trabalho e empenho dos Bombeiros que se tinham reformado recentemente, Subchefe Principal, João Palhinha, e Subchefe de 1ª classe, Manuel Rato; -----
- O PS remeteu Moção sobre a atribuição da designação “*Aeroporto Internacional do Algarve - Almirante Gago Coutinho*” ao Aeroporto Internacional de Faro. -----
- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou como iria decorrer a sessão, sendo que para o período antes da Ordem do Dia tinham um Voto de Pesar, votos de congratulação e louvor, e moções, seguindo-se o período da Ordem do Dia com o ponto de informações nomeadamente a informação da atividade da Câmara Municipal apresentada pela Senhora Presidente. O período de intervenção do público aconteceria no final da Ordem do Dia, pelo que quem pretendesse usar da palavra poderia proceder à respetiva inscrição até ao final do período Antes da Ordem do Dia. -----
- Pediu uma atenção especial pois estavam a testar um equipamento novo, a ser utilizado pela primeira vez. Tinha o controlo da ligação dos micros existentes nas secretárias dos senhores deputados, pelo que ao se inscreverem para usar da palavra, a via do microfone não ficaria disponível de imediato mas apenas após ter sido por ele próprio desbloqueado. Assim, solicitava a colaboração e compreensão de todos para que aquela nova realidade digital corresse da melhor forma. -----
- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE GILBERTO GONÇALVES FERRO, apresentado pelo PS.** -----
- **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, os Membros do Executivo Municipal, os membros da Assembleia Municipal, os serviços de apoio, os colaboradores da União de Freguesias da Luz Tavira e Santo Estêvão que também tinham colaborado na organização da sessão da Assembleia Municipal e todo o público presente. -----
- Em nome da bancada do PS, apresentou o voto de pesar, salientando que o mesmo já tinha cerca de dois meses, dado que a última Assembleia Municipal que se tinha realizado tinha sido extraordinária pelo que não ~~foi~~ tinha sido possível apresentá-lo. Referiu que o Senhor Gilberto

Gonçalves Ferro tinha sido muitíssimo conhecido de todos os tavirenses, um cidadão bastante ativo ao longo de toda a sua vida quer politicamente, quer no setor associativo pelo que o PS não podia deixar de honrar a sua memória na Assembleia Municipal, naquele que era um momento de tristeza para todos.-----

---Pedi licença ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas por ter sido um acontecimento muito recente, gostaria de evocar a memória de Adelaide Correia, que tinha falecido no dia anterior e cujo funeral se iria realizar no dia seguinte. Adelaide Correia tinha sido uma dirigente associativa reconhecida por todos em Tavira que apesar das suas condições pessoais nunca tinha deixado de se dedicar às várias causas que tinha abraçado nomeadamente causas sociais como a Associação Quatro Águas e a associação de solidariedade mais conhecida por Academia Sénior de Aprendizagem e Solidariedade. Assim, pelos motivos destacados, não poderia deixar de o assinalar ali.-----

---Continuou dizendo que propunham que o Voto de Pesar de Gilberto Ferro fosse dirigido aos seus familiares e que oportunamente a Câmara Municipal de Tavira pudesse perpetuar a sua memória em local apropriado na toponímia da cidade. Realçou que tinha sido talvez uma das pessoas que mais tinha dado ao Município ao longo dos últimos cinquenta anos, não apenas do ponto de vista pessoal de dádiva mas também a nível de património. Presentemente existiam instalações municipais e um conjunto de serviços públicos instalados em terrenos que pertenciam à família do Senhor Gilberto Ferro, que os tinha cedido ao Município a título quase gracioso. No final dos anos setenta quando tinha sido necessário implementar o desporto no município, tinha cedido terrenos para infraestruturas que eram necessários para todos. Recordou os terrenos onde se encontravam atualmente a Associação de Regantes, o Centro de Saúde Tavira e o espaço da futura ampliação, que tinham sido cedidos para que o Município pudesse avançar com os seus investimentos ou contratualizar com o Estado para que presentemente existissem as atuais infraestruturas.-----

---Era pois, por todas aquelas razões que tinham pretendido evocar a sua memória, e em nome da bancada do PS, pedir a todos que se aliassem, aprovando por unanimidade o Voto de Pesar.-----

---A Deputada Municipal Liliana Ribeiro Fernandes entrou na sala pelas vinte e uma horas e quarenta e sete minutos.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE GILBERTO GONÇALVES FERRO**, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente ata como documento número um.-----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE CONGRATULAÇÃO – ATLETA TAVIRENSE ESTREIA-SE PELA SELEÇÃO NACIONAL A DE ANDEBOL, apresentado pelo CHEGA. -----

--- O Deputado Municipal Gonçalo Santos cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal, o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal, os Membros do Executivo Municipal, todos os membros da Assembleia Municipal, bem como o público presente.-----

---Apresentou o Voto de Congratulação referente a uma atleta de Tavira, Carmen de Figueiredo, com 17 anos de idade, jogadora na equipa de Lagos Gil Eanes mas com toda a sua formação feita até aos 15 anos, pelo Cube de Vela de Tavira. O apresentava aquele Voto de Congratulação pela estreia da atleta, no dia três de março anterior, se ter estreado pela Seleção Nacional A de andebol no jogo Portugal-Eslováquia, que tinha sido um jogo de carácter decisivo para a Seleção Nacional de qualificação para o Campeonato da Europa que iria decorrer na Eslovênia, Macedónia e Montenegro, de 4 a 20 de novembro de 2022. Destacava que no jogo apontado, a atleta tinha marcado dois golos e que após aquele jogo já tinha realizado mais dois pela mesma Seleção Nacional. -----

--- O Deputado Municipal José Graça referiu que gostariam de se associar àquele Voto de Congratulação apresentado pelo CHEGA e também evocar um feito recente de um jovem atleta tavirense, também formado em Tavira e que atualmente representava um grande Clube Nacional tendo-se sagrado, segunda-feira anterior, como Campeão Europeu na UEFA Youth League. João Pedro Gonçalves Neves tinha sido formado nas escolinhas da Casa do Benfica de Tavira e atualmente representava o Sport Lisboa e Benfica. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE CONGRATULAÇÃO – ATLETA TAVIRENSE ESTREIA-SE PELA SELEÇÃO NACIONAL A DE ANDEBOL, o qual foi aprovado por unanimidade, que encontra em anexo à presente ata como documento número dois. -----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão o VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO PELO TRABALHO E EMPENHO DOS BOMBEIROS QUE AGORA SE REFORMARAM O SUBCHEFE PRINCIPAL JOÃO PALHINHA E SUBCHEFE DE 1ª CLASSE MANUEL RATO, apresentado pelo PSD. -----

--- O Deputado Municipal Artur Gomes cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores, as senhoras e senhores deputados, o público presente, referindo que tinha sido com enorme gosto que tinha verificado que o público voltava a comparecer nas sessões da Assembleia Municipal e agradecia também a todo o que assistia em casa. -----

--- Citando Baden Powell *“Diante de cada homem, abrem-se dois caminhos: o do egoísmo ou o do serviço e cabe a cada um de nós escolher por si próprio qual é que é o seu verdadeiro lema,*

*o do egoísmo é o mais cómodo o serviço envolve sacrifício. Se o indivíduo não é capaz de se sacrificar pelo outro não tem o direito a ser chamado de ser humano, mas se se sacrifica para servir o próximo exprimindo da melhor maneira o seu amor, pode estar certo que a vida será para ele um bem precioso e repleta de felicidade”, referiu que tinha efetuado aquela citação, curiosamente, no mesmo ano em que se comemorava o centésimo trigésimo quarto aniversário do Corpo de Bombeiros Municipais de Tavira, com a intenção de reconhecer e agradecer a dois soldados da paz que tinham dedicado a sua vida ao serviço, servindo e colocando Tavira e as suas gentes à frente da sua própria vida e que partiam agora para a sua merecida reforma. Ao subchefe principal João Palhinha e ao subchefe de primeira classe Manuel Rato que tinham servido a comunidade de Tavira durante mais de quarenta e seis e trinta e três anos, respetivamente, desejavam uma reforma feliz, longa e repleta de saúde, agradecendo tudo o que tinham feito pela cidade de Tavira e por todos.-----*

--- **O Deputado Municipal José Graça** referiu que o Grupo Parlamentar do PS também subescrevia aquele Voto de Louvor, ainda que já tivessem tido oportunidade de felicitar quer o Subchefe Principal, João Palhinha, quer o Subchefe de Primeira Classe, Manuel Rato, pela sua dedicação à causa pública, desejando também uma longa e tranquila reforma. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o VOTO DE LOUVOR E RECONHECIMENTO PELO TRABALHO E EMPENHO DOS BOMBEIROS QUE AGORA SE REFORMARAM O SUBCHEFE PRINCIPAL JOÃO PALHINHA E SUBCHEFE DE 1ª CLASSE MANUEL RATO, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa a esta ata como documento número três.**-----

--- **Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão a Moção PELO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE, apresentada pelo CHEGA.**-----

--- **O Deputado Municipal Gonçalo Santos** cumprimentou o Presidente da Assembleia referindo que a construção do Hospital Central do Algarve era, como o estado de pandemia tinha vindo a revelar, a maior necessidade da região. Os sucessivos governos adiavam obra, prometendo-a antes de todos os atos eleitorais, mas nunca cumpriam aquelas promessas. Tinha chegado a hora da região dizer de uma forma oficial e a uma só voz que não iriam esperar mais. A pretensão da Moção era de solicitar ao Executivo que, de uma forma oficial e em conjunto com as demais câmaras municipais, unissem esforços com a Associação de Municípios do Algarve (CI-AMAL), no sentido de exigir ao Governo a construção daquela obra. Pretendiam mostrar ao Poder Central que o Algarve também era Portugal, também pagava impostos e tinha que ter os mesmos direitos dos outros cidadãos nacionais. O estado dos cuidados de saúde da região era insustentável, como se tinha verificado com o encerramento da urgência pediátrica no Hospital de Faro não há muito tempo atrás Podiam enumerar vários

casos, mas não era o que interessava, mas sim a construção do novo hospital, e se o Governo tinha meios para aeroportos, TGV e autoestradas para lado nenhum, também tinha de ter meios para a construção do Hospital Central do Algarve.-----

--- Pretendiam contar com o apoio institucional da Assembleia Municipal e do Executivo Municipal numa reivindicação que chegasse a Lisboa porque já bastava do Algarve servir apenas para “*ir à praia*”. No Algarve i viviam cidadãos cumpridores da Lei, pagavam impostos e que pretendiam ser ouvidos.-----

--- Disse que aquela Moção seria apresentada em todas as assembleias municipais algarvias em que o CHEGA tinha representação. A intenção não era fazer uma reclamação partidária, porque a importância do Hospital era muito superior mas de obter o máximo de apoio institucional e popular para aquela causa. Tinha chegado a hora de dizer “*chega*” e mostrar ao Governo que não se iriam tolerar mais adiamentos.-----

--- **O Deputado Municipal David Martins** cumprimentou o Presidente da Assembleia, membros da Mesa, Presidente da Câmara Municipal, vereadores, presidentes de junta, público presente e em casa.-----

--- Referiu que o seu Grupo Parlamentar seguia a expressão que o CHEGA tinha colocado na Moção, não na íntegra, mas, no entanto, considerava que todos deviam efetivamente reconhecer a justiça do apelo do CHEGA, unindo-se numa causa que era nobre e de todos, porque todos viviam trezentos e sessenta e cinco ou seis dias por ano no Algarve e precisavam de cuidados de saúde, de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) forte, de assistência, de médicos competentes.-----

--- Os profissionais de saúde davam todos os dias o seu melhor para que todos conseguissem viver com qualidade, para que todos conseguissem ter mais anos de vida com felicidade, e a eles, naturalmente, muito se devia.-----

--- Ainda recentemente se vivia diariamente com Covid19, sendo que atualmente parecia que se tinham esquecido, porém era agradável ver os rostos sem máscara, uma surpresa boa porque se voltava a conviver com sorrisos e empatia.-----

--- O CHEGA tinha apresentado aquela Moção, mas tal como já o tinham feito com o PSD, esperavam que o CHEGA tivesse a simpatia, a coragem, a oportunidade de retirar a Moção para que todos os grupos parlamentares da Assembleia Municipal, em conjunto, pudessem redigir um voto comum, que fosse apresentado na Sessão da Assembleia Municipal seguinte e pudessem daquela forma valorizá-lo, mostrando que Tavira estava unida em prol do novo Hospital Central ou Universitário, porque sendo Universitário teria mais valências e até seria mais importante do ponto de vista da resposta e da atratividade para os profissionais de saúde.-----

--- Acrescentou ainda que, quando os algarvios se uniam surgiam resultados. Tinha estado na Assembleia da República e tinha sentido a experiência de fazer parte de um grupo restrito, onde unidos todos os partidos da região, todas as instituições visadas defendiam a criação de um curso de medicina no Algarve, sendo graças a esse grande curso, que recentemente tinha comemorado dez anos de existência, que se tinham formado mais de duzentos profissionais de saúde e cerca de trinta e oito por cento (38%) tinham ficado na região algarvia. Aquela era uma prova de que deviam de ter uma atitude congregadora, uma atitude de união, de força, não bastando mostrar nas assembleias que lutavam pelos interesses locais ou regionais e esquecendo esse propósito ao chegar a Lisboa.-----

--- Recordou que se encontrava no Programa do Governo, na página vinte e sete (27), a clara definição e concreta ambição de construir a nova unidade central no Algarve, portanto, honestamente que esperava que o PS com a sua maioria fosse não deixando, contudo, de ter o apoio e a capacidade de intervenção de todos os grupos e de todas as forças vivas da região na persecução daquele objetivo que era de todos e certamente, que melhoraria a qualidade de vida, uma maior atratividade turística e, certamente, que levaria a região mais além. -----

--- Solicitou ao Deputado Municipal Gonçalo Santos que, como representante do grupo parlamentar do CHEGA, aceitasse retirar a Moção, e, se os restantes partidos e grupos parlamentares assim o desejassem, preparassem uma Moção conjunta trabalhando numa solução forte e unida, para que o Algarve tivesse uma voz em unísono. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** cumprimentou todos e agradeceu à Freguesia de Santo Estevão e Luz de Tavira pela colaboração para a realização daquela Assembleia Municipal na Freguesia dizendo que esperava brevemente visitar todas as outras, ao longo do mandato. -----

--- Relativamente à Moção e como já tinha sido referido, o PSD com a colaboração do PS, já tinham apresentado uma Moção com aquele teor para que fosse aprovada, todavia o que tinha sido referido pelo Deputado Municipal David Martins fazia todo sentido, pelo que formulavam o mesmo pedido ao CHEGA, porque esse era um objetivo de todos os algarvios, uma causa em que todos deviam estar unidos e lutar da mesma forma.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou o Deputado Municipal Gonçalo Santos relativamente à sua intenção de retirar a moção em causa. -----

--- **O Deputado Municipal Gonçalo Santos** respondeu que retirava a moção, sendo com agrado que verificava que todos os partidos, estavam juntos naquela causa.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** disse que a Moção era retirada de modo a que fosse elaborada uma Moção conjunta. -----

--- Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi colocado à discussão a **Moção ATRIBUIÇÃO DA DESIGNAÇÃO "AEROPORTO INTERNACIONAL DO ALGARVE - ALMIRANTE GAGO COUTINHO" AO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FARO, apresentada pelo PS.**-----

---- O **Deputado Municipal José Graça** referiu-se à Moção mencionando que a mesma era sobejamente conhecida, já tendo sido aprovada há cerca de dois anos pela Assembleia Municipal de São Brás de Alportel e que estava naquele momento a ser igualmente discutida na Assembleia Municipal de Faro. Há cerca de dois anos um conjunto de cidadãos do Algarve tinham-se juntado para homenagear o Almirante Gago Coutinho.-----

--- O Almirante Gago Coutinho não sendo algarvio era um dos grandes heróis da navegação aérea portuguesa do século XX, que conjuntamente com Sacadura Cabral, tinha concretizado há cerca de cem (100) anos atrás, a ligação entre Lisboa e o Rio de Janeiro, uma aventura verdadeiramente heroica e curiosamente estava-se a atravessar o período em que a travessia tinha decorrido. Durante a viagem tinham destruído dois aviões, sendo que apenas com um terceiro hidroavião tinham conseguido chegar ao Rio de Janeiro. Gago Coutinho tinha encontrado maneira, tal como os navegadores do século XIV e século XV, de navegar sem terra à vista. Tinha desenvolvido técnicas de navegação aérea através da orientação pelas estrelas e do sextante aeronáutico e concretizado aquela grande epopeia do início do século XX. O aeroporto internacional de Faro teria aquele nome, muito justamente, sendo por aquela razão e porque estava localizado na capital do Algarve, que apenas pretendiam que fosse efetuada uma pequena alteração, que fosse adicionado ao nome do aeroporto, a exemplo do que já acontecia nos demais aeroportos principais a nível nacional, que fosse atribuído o patrono Almirante Gago Coutinho.

--- Recordou que o aeroporto internacional de Lisboa tinha o nome do General Humberto Delgado, que o aeroporto de Ponta Delgada tinha o nome do Papa João Paulo II, o aeroporto do Funchal, como patrono Cristiano Ronaldo e que o aeroporto internacional do Porto tinha o nome do ex-Primeiro Ministro Francisco Sá Carneiro. O que propunham e convidavam todos os membros da Assembleia Municipal a juntarem-se a esse grupo de mil e quinhentos (1500) cidadãos do Algarve que tinham subscrito a proposta, era que propusessem ao Governo que atribuisse o patrono do Almirante Gago Coutinho, honrando aquele herói dos tempos modernos e também perpetuando a sua memória naquela infraestrutura aeronáutica.-----

--- **A Deputado Municipal Jovita Ladeira** cumprimentou a Mesa, todo o Executivo e o público, referindo-se à Moção para aditar uma pequena nota ao que já tinha sido referido. Uma das razões porque era proposto o nome de Carlos Veiga Gago Coutinho para o aeroporto internacional do Algarve, era porque tinha nascido em São Brás de Alportel, em Faro, embora tivesse sido registado em Belém, Lisboa, portanto no fundo também era um cidadão algarvio

que se tinha projetado a nível nacional e a nível internacional e essa também era uma das razões pela qual se devia honrar e, sobretudo, projetar aqueles que eram algarvios. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção, **ATRIBUIÇÃO DA DESIGNAÇÃO “AEROPORTO INTERNACIONAL DO ALGARVE - ALMIRANTE GAGO COUTINHO” AO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FARO, o qual foi aprovado por unanimidade, que se anexa à presente ata como documento número quatro.**-----

--- O Deputado Municipal José Graça apresentou uma saudação especial a todos os tavirenses que residiam nas freguesias de Santo Estevão e da Luz de Tavira ou da Luz de Tavira e Santo Estevão, não fazia questão de prioridades. Já tinha residido na Luz de Tavira e atualmente residia em Santo Estêvão, pelo que estava à vontade em relação ao território. -----

--- Evocou os cidadãos de Tavira que residiam naquelas duas freguesias e agradeceu a confiança manifestada no PS nas últimas eleições autárquicas. O PS tinha estabelecido com os habitantes daquelas duas freguesias um compromisso nas últimas eleições autárquicas que vinha honrando o trabalho dos autarcas socialistas desde o ano de mil, novecentos e setenta e cinco (1975), daquela freguesia e por todos aqueles que também tinham ocupado de uma forma dedicada e empenhada as funções naquelas duas freguesias e, mais recentemente, na União de Freguesias. -----

--- Pretendia também reconhecer o papel que a Câmara Municipal tinha desempenhado para contribuir para o bem-estar de todos os cidadãos que residiam no território e o trabalho autárquico que aí tinha sido desenvolvido particularmente ao longo dos últimos dois anos. -----

--- Evocou e sublinhou o trabalho que tinha sido desenvolvido, não só naquelas duas freguesias, mas também em todo concelho a nível de obras de conservação e de beneficiação da rede viária como a intervenção nas paragens e abrigos de autocarro, da Estrada Nacional 125, ao longo do percurso que atravessava essencialmente a Freguesia da Luz de Tavira. -----

--- Por outro lado, com participação especial da Assembleia Municipal tinham conseguido resolver um problema de décadas da Luz de Tavira, tendo concretizado, nos últimos dois anos, a ampliação do cemitério como todos se deviam lembrar pois tinha passado por aquela Junta de Freguesia uma Declaração de Interesse Público no sentido de ser suspenso o Plano Diretor Municipal (PDM) para que aquela obra pudesse ser concretizada.-----

--- Ficando pelo litoral, gostaria de saudar uma obra importantíssima que estava a decorrer na Freguesia e que praticamente todos os dias trazia turistas ao seu território, a beneficiação da Ecovia do Litoral Algarvio que atravessava o concelho de uma ponta à outra mas que tinha a sua maior expressão na Freguesia da Luz de Tavira. Pretendia também sublinhar um dos maiores investimentos efetuado naquele território ao longo dos últimos anos, o trabalho de requalificação da Escola Básica Nº 1 e Pré-Escolar de Santo Estêvão que tinha transformado

um edifício quase centenário numa escola moderna onde mais de duas dezenas de nacionalidades de alunos aprendiam as primeiras letras e davam os seus primeiros passos no pré-escolar. -----

--- Acrescentava que embora se tratassem de obras pequenas não podia deixar de referir, a colaboração que era feita pelo Município com a Junta de Freguesia ao nível da melhoria dos espaços públicos nomeadamente no espaço público da Palmeira e a valorização e beneficiação de alguns recintos desportivos, como era o caso do Polidesportivo de Santo Estêvão. -----

--- Para terminar aquela sua primeira parte da intervenção sublinhou o apoio permanente que era dado pelo Município, em articulação com a Junta de Freguesia, ao associativismo local da mais diversa índole, desportivo, cultural, recreativo ou social de modo a que assegurassem as suas atividades regulares, mas também para que pudessem ampliar e manter o seu património coletivo de Utilidade Pública, pudessem proceder à aquisição de viaturas, equipamentos para as suas instalações, bem como através da cedência de terrenos, para ampliarem e instalarem serviços sociais naquelas duas freguesias. -----

--- Terminou dizendo que era por aquele conjunto de investimentos que tinha referido, que perguntava à Presidente da Câmara Municipal se era intenção do Executivo Municipal continuar a investir naquela União de Freguesias, naquele território e honrar os compromissos assumidos com os moradores daquelas freguesias nas últimas eleições autárquicas. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa a Mesa, os restantes deputados municipais, os colegas de Executivo, os presidentes de junta de freguesia e o público que assistia pessoalmente e assistia no *facebook* do Município. -----

--- Mencionou que era um gosto voltarem às assembleias presenciais, pois o contacto humano fazia falta. Felicitou o Presidente da Assembleia Municipal pelo cumprimento de um daqueles que também era um objetivo do programa eleitoral, a descentralização das sessões da Assembleia Municipal e agradeceu especialmente ao Presidente da União de Freguesias da Luz de Tavira e Santo Estêvão pelo acolhimento no salão da junta. -----

--- Referindo-se à intervenção do Deputado Municipal José Graça, respondeu que obviamente que o Município e o seu Executivo tinha sempre em mente todas as suas freguesias e aquilo que era um objetivo maior, aumentar e melhorar a coesão territorial todo o concelho. Na Freguesia de Santo Estêvão tinham sido realizadas algumas obras e na Luz de Tavira existiam várias outras que continuavam a merecer preocupação. Obviamente que era um desejo enorme a requalificação da EN125, a questão das pluviais e também a variante da Luz de Tavira, pelo que iriam pugnar junto da IP - Infraestruturas de Portugal para que a obra

acontecesse, referindo que existia um contencioso entre a IP - Infraestruturas de Portugal e a antiga concessionária, que esperavam que se resolvesse.-----

--- Quanto à questão da variante da Luz de Tavira deveriam ter esperança. No Município de Olhão a variante iria passar a ser uma realidade, incluída no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e esperava também trabalhar com o Governo, com o Ministro Pedro Nuno Santos e com a IP para que pudesse, também ter ali aquela realidade, quer a requalificação da N125 que era bastante necessária, quer a variante da Luz de Tavira. -----

--- Outro problema a apontar estava relacionado com a habitação, que era o grande problema do concelho. Os custos da habitação e de casa própria estavam a disparar em Tavira como em todo o Algarve e, como todos sabiam, tinha sido aprovada a Estratégia Local de Habitação, sendo uma preocupação do Executivo a construção de habitação social e habitação a custos controlados. -----

--- Em Santo Estêvão existia um loteamento para onde estavam previstos fogos de habitação a custos controlados e também na Luz de Tavira estavam em conversações com um particular para a compra de um terreno onde seria possível construir habitação a custos controlados. ----

--- Outra situação que também merecia atenção e que queriam resolver, tendo em consideração uma associação muito querida da Luz de Tavira, os Sonâmbulos, era o Pavilhão da Luz de Tavira. Todos sabiam que era um pavilhão com graves problemas estruturais, estando previsto o lançamento de um procedimento para fazer o diagnóstico das patologias e a elaboração do projeto do reforço estrutural do Pavilhão da Luz Tavira. Quem assistia aos jogos sabia perfeitamente as condições em que ele se encontrava, por força dos problemas que a empreitada da sua construção tinha tido. -----

--- Disse também que existia uma dinâmica das instituições do concelho, da Freguesia em específico, estando a decorrer candidaturas ao PRR quer para a ampliação da Casa do Povo da Luz de Tavira, quer para uma possibilidade da construção de uma estrutura Residencial para Idosos, um Lar na Freguesia de Santo Estêvão, para o qual já tinham cedido o terreno ao Centro Social de Santo Estevão e também à Fundação Romeirinha que tinha um projeto para a construção de um alojamento a constar no “Air Bed and Breakfast” – Airbnb, serviço online de alugueres de Condomínios e Casas de Veraneio para o que também tinham apresentado uma candidatura. -----

--- O Município tinha vindo a fazer tudo o que era possível para acelerar os processos de licenciamento dos projetos e, obviamente, também ajudaria dentro da medida do possível com as participações financeiras, desejando que as candidaturas fossem aprovadas e que o Município pudesse ter realmente aquelas respostas sociais, que aumentariam em muito a resposta do concelho, muito concretamente, na questão dos idosos. -----

--- Eram várias as propostas para a Luz de Tavira, para além de cerca de um milhão e meio que no último mandato tinha sido o investido na reabilitação e requalificação da Rede Viária daquelas duas freguesias, continuavam a trabalhar para incluir mais algumas estradas e caminhos que não tinha sido possível incluir na anterior empreitada e que tinham sido sinalizadas pelo Presidente da Junta de Freguesia pelo que esperavam lançar uma empreitada no início do segundo semestre de 2022, continuando a trabalhar em prol de Tavira e de todas as freguesias. -----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** referiu que ainda não tinha tido oportunidade, mas queria felicitar a Mesa e especificamente o Presidente da Assembleia Municipal pelo cumprimento de uma promessa de descentralização da realização das assembleias municipais. Considerava muito importante e dignificava as assembleias municipais mas, acima de tudo respondia à população e isso era fundamental. Felicitou pelo novo equipamento porque também dignificava a Assembleia Municipal e a forma de realizar não só ali mas quem acompanhava em casa. -----

--- Referiu que a Presidente da Câmara Municipal tinha elencado várias novidades para a Freguesia que eram extremamente importantes, algumas das quais já eram uma aspiração de muito anos dos habitantes da Freguesia, nomeadamente a requalificação da EN125 com as pluviais, a variante da Luz de Tavira pelo que era excelente que o Executivo pugnasse pela realização daquelas duas obras. Haver habitação nova a custos controlados era estratégico, a requalificação do Pavilhão da Luz de Tavira era necessária pois a atividade desportiva na Freguesia era bem evidente, apoiar a área social com ampliação da Casa do Povo, e continuar a requalificar a rede viária. -----

--- Sugeriu ainda, que quando fosse possível, se pensasse na requalificação e nalguma intervenção relativamente à parte do mercado, que não tinha sido referenciado porque eram muitas situações, mas julgava que também estava previsto nos horizontes do Executivo Municipal, deixando-lhes um bem-haja por aquele tipo de iniciativas. -----

--- Disse que a sua intervenção tinha que ser rápida, pois o Deputado Municipal José Graça já tinha consumido muito tempo. No período de 1997 a 2009 tinham tido um Presidente de Câmara Municipal que muitas vezes na sua prática era peculiar com o não cumprimento da legislação em vigor, portanto naquele contexto em determinado momento, o Presidente de então tinha-se visto confrontado com a possibilidade de ter que devolver um conjunto de fundos comunitários que já tinham sido gastos em determinados investimentos. Era naquele âmbito que tinha surgido o protocolo com o Ginásio Clube de Tavira, a cedência de utilização do Parque Desportivo e, no imperativo de resolver um problema que o próprio Presidente da Câmara Municipal tinha criado, não tendo sido dado o devido cumprimento ao protocolo que

tinha sido assinado, os vereadores do PS de então, em 20 de outubro 2004, tinham apresentado em Reunião de Câmara Municipal um Voto a instar o Presidente para o cumprimento dos compromissos assumidos, contudo, tal tinha acabado por não acontecer. Em 2009 o PS tinha ganhado as eleições, tendo recebido uma dívida consolidada de aproximadamente quarenta (40) milhões de euros, o que podia explicar em certa medida a dificuldade em cumprir o protocolo no primeiro mandato. Era bem evidente que posteriormente os acontecimentos não tinham sido os desejáveis nem, talvez, por parte da Câmara Municipal nem por parte do Clube em causa porque o que estava em causa era o interesse da prática desportiva da população dos diferentes clubes.-----

--- Todos os que estavam ali naquela Assembleia Municipal e quem os estava a ouvir via *facebook*, sabiam que havia um problema naquele momento, tendo sido interditado o campo do Ginásio havendo informação com muito ruído ou desinformação sobre o ponto de situação de todo o processo. -----

--- Considerava que na Assembleia Municipal era muito importante que a Presidente da Câmara Municipal, que tinha tomado posse havia pouco tempo, fizesse o ponto de situação sobre os apoios que tinham sido dados, o que tinha sido cumprido do protocolo, o que estava previsto fazer em orçamento no ano corrente, qual era a realidade no momento ao nível do diálogo, no entendimento com o Ginásio, pois deviam todos ser informados, clarificando-se o assunto, porque havia boatos, que muitas vezes eram utilizados em função dos interesses do momento. -----

--- Por fim abordava uma preocupação que tinha, porque sempre tinha entendido aquele espaço como muito importante para fazer o Campus Desportivo de Tavira. Era necessário, não só para os clubes locais mas também para o segmento do Turismo de Desporto, ter um bom campo, ter uma boa pista de atletismo, ter as condições para os residentes mas também como alavanca económica do concelho, manifestando a sua preocupação, porque circulava que haveria eventualmente interesses imobiliários privados para aquele espaço, o que colocava alguma entropia em termos de possibilidade de entendimento. Se eventualmente existisse alguma informação agradecia uma explicação por parte do Executivo Municipal já que entendia que aquele espaço deveria ser sempre direcionado para a área desportiva.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e agradeceu a pergunta, referindo que ficava sempre com a ideia que os políticos e o Executivo Municipal evitavam falar dos problemas, o que não correspondia à realidade. O problema do Ginásio não tinha começado em 2004 mas em 2000, quando tinha sido assinado o primeiro protocolo de cedência de utilização do parque desportivo do Ginásio Clube de Tavira à Câmara Municipal. Tratava-se de um protocolo que entre outras coisas compreendia uma série de

obras que o Município se comprometia a fazer naquela altura como a repavimentação do velódromo, o sistema de drenagem e arrelvamento do campo, a reconstrução do pavimento do polidesportivo e a cobertura, a construção de bancadas e instalações para o centro médico, balneários, sanitários, instalação de aparelhagem sonora no campo, utilização prioritária do ginásio no campo de futebol, um subsídio especial de cinco milhões de escudos (5.000.000,00), oferta de uma viatura nova de nove lugares, um pagamento de um milhão, setecentos e cinquenta mil escudos (1.750.000,00) por utilização do campo de futebol por outras equipas, uma mensalidade de trezentos mil escudos (300.000,00) durante os primeiros quatro (4) anos a rever em cada quadriênio, com início no ano de 2003 e a manutenção do protocolo de subsídio anual com vinte e cinco (25) anos de vigência. A situação tinha evoluído e realmente tinha sido executado um arrelvamento do campo e algumas das pequenas obras referidas tinham sido cumpridas. No ano de 2006 tinha sido formalizada uma escritura de cedência de direito de superfície relativamente ao Campo Desportivo do Ginásio também ela integrando um conjunto de obrigações por parte do Município, entre as quais de ajudar de imediato o Ginásio Clube de Tavira a preparar um projeto de remodelação total da respetiva sede e conservação estrutural do edifício, preparando todo o processo técnico conducente a candidatura a financiamentos pelo Estado e comprometendo-se o Município a apoiar com a contrapartida nacional nessa remodelação da sede. -----

--- No ano de 2007 o Município de Tavira comprometia-se a lançar a empreitada para as novas bancadas que constavam no protocolo de cedência mas que desde a assinatura do protocolo, no ano 2000, ainda não tinha sido lançada tal como o sistema sonoro e instalações para a comunicação social. O Município comprometia-se também a apreciar um projeto relativo à construção de uma nova sede para o Clube, a assegurar o bom estado de conservação das infraestruturas existentes no parque desportivo e essenciais à prática do desporto, a manutenção ou substituição do relvado artificial e da pavimentação do velódromo, bem como e obras de conservação de benfeitorias e lançar naquele mesmo ano de 2007, a reconstrução do polidesportivo e cobertura. Também com duração de vinte e cinco (25) anos, o Município comprometia-se a realizar tudo, em troca do direito superfície para o Município na sequência da rejeição da candidatura e da possibilidade da Câmara Municipal ter que devolver os fundos. Aquele protocolo, aquela cedência tinha merecido uma escritura de aditamento em que para além de tudo o que já era as obrigações do Município, ainda se comprometiam a pagar mensalmente uma verba de quatrocentos e quarenta e oito mil, novecentos e dezassete euros (€ 448.917,00) a partir do ano de 2007 e por um período de 25 anos. -----

--- Quando tinham tomado posse, no ano de 2009, grande parte daquelas obras ainda não tinham sido executadas. A Deputada Municipal Jovita Ladeira tinha dito e muito bem que o

Executivo do qual tinha feito parte se tinha deparado com uma dívida bastante grande tendo sido quatro anos a tentar sanear financeiramente a Câmara Municipal, equilibrando as contas, pagando as dívidas e diminuindo o endividamento, pois a Câmara Municipal tinha um volume muito grande de endividamento mas também de obras, de dívidas de curto prazo a fornecedores, sem contar com as dívidas do grupo todo da Câmara Municipal onde também constavam a EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., Limitada, e a Tavraverde, E.M., mas com uma sustentabilidade diferente. Efetivamente naquele mandato praticamente não tinham havido obras, pois apenas no final do mandato tinham conseguido reequilibrar as contas da Câmara Municipal. -----

--- Posteriormente, e não tendo tido nunca o pelouro do desporto mas fazendo parte do Executivo Municipal e tendo conhecimento das várias conversações entre o Ginásio Clube de Tavira e a Câmara Municipal, ainda com uma situação financeira menos confortável do que tinham presentemente, a Câmara Municipal ter-se-ia comprometido com um novo arrelvamento do campo e com a substituição das torres e bancadas. Os projetos tinham começado a ser desenvolvidos sendo que no ano de 2017 se tinham visto confrontados com uma ação no Tribunal proposta pelo Ginásio contra a Câmara Municipal com vista ao cumprimento de todas as promessas assumidas nos protocolos e depois por meio da escritura de direito de superfície. -----

--- Em 25 de outubro de 2019, após ter assumido as funções de Presidente da Câmara Municipal, tinha reunido pela primeira vez com o Ginásio Clube de Tavira no primeiro trimestre do ano 2020, mostrando sempre boa vontade, e por partilhar da opinião da Deputada Municipal Jovita Ladeira, de aquele espaço ser o complemento do que seria o complexo desportivo municipal, até pela proximidade das piscinas, do pavilhão, pretendia conseguir executar ali uma infraestrutura desportiva tão necessária ao concelho. -----

--- Numa primeira conversa tinham-se discutido vários assuntos inclusivamente a possibilidade, havendo já uma pré-avaliação da Divisão de Projetos e Obras Municipais, de manter o velódromo e as pistas de atletismo, que também era um desejo da Câmara Municipal e um desejo da comunidade desportiva, que pudesse ter pistas para a prática de atletismo não só corrida mas também para os lançamentos do peso e dardo. A Direção do Ginásio Clube de Tavira tinha recusado alegando que não estaria prevista a substituição pela pista e imediatamente a questão tinha sido abandonada. Todavia, naquela reunião onde também tinham estado o Vereador do Desporto de então e Presidente da Assembleia Municipal tinham apresentado um projeto e se comprometido com a manutenção do velódromo. -----

--- Tinham-se realizado mais três reuniões com o Ginásio Clube de Tavira sendo que posteriormente tinha sido acrescentada a sede ao projeto, que seria na pista, e a questão do

polidesportivo poder ser coberto. A determinada altura estavam próximos de um processo eleitoral e havendo uma incerteza quanto ao resultado, a Direção do Ginásio Clube de Tavira tinha considerado que haveria interesse em aguardar o desfecho das eleições. -----

--- Após a sua tomada de posse tinha transmitido ao Vereador do Desporto que pretendia resolver aquela questão pelo que tinham voltado a reunirem-se com o Ginásio Clube de Tavira com quem tinham ainda mantido outras conversações em que o Ginásio pedia uns campos de padel. A Câmara Municipal tinha demonstrado não existir espaço e apresentado proposta para que fossem instalados noutra local, cujo processo tinha evoluído. -----

--- Em 17 de janeiro de 2022, tinha sido remetida uma proposta concreta ao Ginásio onde se tinha assumido executar todas aquelas obras e onde era solicitado, que o Ginásio deixasse de ter prioridade na ocupação do campo relvado, e passasse a ser a Câmara Municipal a ter essa prioridade substituindo pela gestão plena do polidesportivo coberto. -----

--- Por outro lado e atendendo à conjuntura que tinham no momento com o aumento do preço das matérias-primas, o que tinha sido um orçamento elaborado pela Divisão de Projetos e Obras Municipais de cerca de um milhão de euros (€1.000.000,00) acrescido de IVA, naquele momento teria um valor de cerca de três milhões e quinhentos mil euros (€3.500.000,00). Sendo necessário haver um equilíbrio na gestão dos dinheiros públicos, o que a Câmara Municipal tinha proposto tinha sido que o protocolo tivesse uma maior duração, porque se a Câmara Municipal ia usar dinheiro público aquela infraestrutura pública tinha que estar ao serviço de toda a comunidade e não correr o risco de no final dos vinte (20) anos o ginásio não pretender renovar o protocolo depois da Câmara Municipal ter investido três milhões e quinhentos mil de euros (€3.500.000,00). -----

---Pretendiam equilibrar a vigência do protocolo com o investimento que a Câmara Municipal iria fazer. Tinha sido apresentada aquela proposta, tendo a Câmara Municipal recebido do Ginásio Clube de Tavira uma carta em que diziam não poder aceitar a proposta conforme passava a ler .... *“a proposta apresentada também não contém garantias suficientes para o Ginásio Clube de Tavira assinar na posição em que o faz, devido a não existirem quaisquer cláusulas que consideramos relevantes e essenciais para garantir que o acordo irá ser cumprido, existem também aparentes contradições entre a referida proposta e por exemplo o regulamento geral de gestão de utilização e cedência das instalações desportivas municipais e das Infraestruturas que constituem o parque desportivo do Ginásio Clube de Tavira. Ora entendemos ainda que contando com toda a nossa disponibilidade que todas as propostas de alteração possam vir a ser discutidas e analisadas numa próxima reunião”*. -----

--- Em sequência a Câmara Municipal tinha respondido estabelecendo o prazo de dez (10) dias para que apresentassem uma contra proposta, a qual tinha sido rececionada durante a atual semana, mas que ainda não tinha tido oportunidade de analisar.-----

--- Realçou que sempre tinha pretendido solucionar a questão relacionada com o Ginásio Clube de Tavira, e não era apenas depois de ter tomado posse, após a saída do anterior Presidente da Câmara Municipal, Jorge Botelho, altura em que tinha assumido as funções de Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Quem parecia não pretender solucionar a questão era o Ginásio Clube de Tavira, que consequentemente parecia arranjar formas de não querer aceitar as propostas apresentadas, sendo evidente que a aceitação do protocolo implicaria uma alteração do Regulamento Municipal de utilização das instalações desportivas, a retirada da ação em Tribunal, pois eram necessárias haver garantias, a Câmara Municipal não podia assumir e posteriormente o Tribunal solicitar o pagamento de verbas. Considerava que eram todos pessoas de boa-fé e existia um conjunto de questões que tinham que ser alinhadas com o conteúdo daquele acordo, um novo protocolo ou escritura de direito superfície, o que melhor acautelasse os interesses de ambas as entidades. -----

--- Relativamente ao que estava inscrito em orçamento, era o que já tinha manifestado estar deteriorado e como a substituição das luminárias, cuja empreitada estava avaliada em cerca de duzentos mil euros (€ 200.000,00), pensando lançar aquele procedimento no segundo semestre. -----

--- Quanto à situação do arrelvamento tinha chegado a informação de que o mesmo estava cada vez mais degradado e que se tornava difícil a prática desportiva, sobretudo do futebol para os meninos, podendo colocar em perigo a integridade física dos mesmos. Tinha sido transmitido à Divisão de Projetos e Obras Municipais que analisasse qual seria o valor da substituição do arrelvamento, sendo que a avaliação efetuada ao sistema de rega tinha tido em consideração que o mesmo estaria em condições, e sendo naquela base que estavam a trabalhar no momento. -----

--- Naquela semana tinha-se realizado uma reunião na Divisão de Projetos e Obras Municipais onde o técnico que tinha elaborado o programa preliminar porque o valor das obras públicas tinha triplicado e um arrelvamento que anteriormente poderia ascender a duzentos ou duzentos e cinquenta mil euros presentemente já ascendia a seiscentos mil euros (€ 600.000,00), de acordo com o que tinha sido a avaliação do técnico. -----

---- Mencionou que tinham estado a trabalhar porque da parte da Câmara Municipal não estando em causa um litígio com o Ginásio, mas uma comunidade desportiva, um conjunto de crianças e jovens que tinham direito à prática desportiva em condições que era o que a

Câmara Municipal desejava. Ela tinha tentado resolver através do Presidente, através do Vice-Presidente e dos serviços municipais, quer do Desporto quer dos Projetos e Obras Municipais, procurando encontrar uma solução e apresentadas várias alternativas, mas parecia que a solução ou as propostas apresentadas nunca estavam em concordância com o que o Ginásio pretendia e assim seria difícil um entendimento. -----

--- Reforçou que continuavam à procura daquele entendimento, sendo certo que se ele não acontecesse o Município de Tavira teria que encontrar uma solução alternativa, porque precisavam de um campo de futebol 11, de uma pista de atletismo e para isso trabalhariam e avaliariam outras opções para que a Câmara Municipal e o seu Executivo, com conhecimento da Assembleia Municipal, pudessem decidir em consciência, tendo conhecimento dos investimentos a realizar, do valor desses investimentos e a forma como os mesmos iriam onerar a Câmara Municipal, porque se o Município tivesse que recorrer a empréstimos estariam a onerar futuros executivos e essa era a questão que estava a ser analisada. Tudo aquilo que tinha feito, o que tinha tentado fazer, tinha sido no sentido de encontrar uma solução e considerava que tinha havido da sua parte muito boa vontade para resolver aquela questão que se arrastava desde o ano 2000, havia vinte e dois anos. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que iria estruturar a sua intervenção em duas partes. A primeira parte estava relacionada com a Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão, com a intervenção do Deputado Municipal José Graça e a resposta da Presidente da Câmara Municipal onde tinham sido enumeradas uma série de pretensões relativamente à Freguesia, algumas das quais levariam muito tempo a implementar. -----

--- Considerava que a variante era de facto importante, o Município até poderia pugnar pela sua realização mas uma vez que não estava integrada no PRR seria um sonho ainda difícil de concretizar, teriam que estudar também a articulação dos acessos a Santo Estêvão e Luz de Tavira e ver como tal iria acontecer. Aquelas eram situações de longo prazo que, de facto, exigiam alguma dedicação, teriam que ser estruturadas, mas existiam outras situações que eram muitíssimo importantes e careciam de intervenção urgente. Entre elas destacava o Pavilhão Municipal da Luz de Tavira pelo que gostariam de ter uma resposta concreta do tempo de intervenção porque o investimento era urgente e não podiam deixar aquele equipamento degradar-se ainda mais, com o prejuízo de poder aumentar em muito as necessidades de intervenção. -----

--- A segunda parte da intervenção estava relacionada com o Ginásio Clube de Tavira. O Deputado Municipal José Graça tinha-se referido à questão do Ginásio Clube de Tavira, primeiramente gostava de recordar que a colaboração entre o Ginásio e o Município não se tinha iniciado, nem no ano 2000, nem 2001, mas muito tempo antes. Pretendia recordar

anteriormente ao protocolo referido todos os executivos e presidentes de Câmara anteriores tinham investido no Ginásio sem necessidade de haver cedência dos direitos de superfície. Tinha havido um grande investimento na pista com um novo tapete durante o Executivo de Fialho Anastácio e o campo de futebol, embora sem relva, também era utilizado por todos os clubes do concelho sendo que aquela articulação sempre tinha sido efetuada sem a necessidade da cedência do direito de superfície. O protocolo tinha surgido por uma necessidade de financiamento de fundos comunitários para os quais não tinham acesso sem aquela figura jurídica, razão pela qual tinham estabelecido um protocolo entre o Ginásio Clube de Tavira e o Município. -----

--- Nos primeiros nove anos, não tinham sido executados todos os investimentos previstos no protocolo, todavia nos primeiros anos tinha sido colocado o arrelvamento do campo, a repavimentação da pista e a manutenção periódica de todo o parque desportivo, cujas obras efetuadas representavam um quarto do programa do que estava previsto. Após a tomada de posse em 2009, pelo PS, praticamente tudo o que estava gradualmente a ser executado, tinha parado. Podiam admitir que nos primeiros dois, três anos, fosse por questões económicas, porque tinham encontrado uma Câmara Municipal com um dinamismo muito acima da média, em que o investimento não atemorizava as pessoas e em que a receita existente também fazia face à despesa tal como o facto da Câmara Municipal nunca ter tido necessidade de recorrer a um empréstimo para cumprir as suas obrigações, apenas de um empréstimo que tinha devolvido, pedindo manifesto interesse político, o provava. -----

--- Referiu que os investimentos no Ginásio tinham sido sempre recusados pela Câmara Municipal, recordando que no período entre os anos 2013 e 2017 enquanto era Vereador e também como sócio do Ginásio Clube de Tavira numa Assembleia Municipal, tinham chegado à conclusão que não havia por parte da Câmara Municipal o cumprimento das suas obrigações, reconhecendo que por parte do Ginásio também teria que haver mais abertura relativamente à utilização dos espaços. Existindo um consenso tinha sido nomeado como mediador para intervenção junto da Câmara Municipal, Fialho Anastácio. -----

--- Volvidos dois anos constatava que tinham voltado à mesma questão na Assembleia Municipal. Fialho Anastácio tinha desistido da mediação daquele conflito e o investimento no Ginásio teimava em não se concretizar, nem o investimento, nem a manutenção, pois as duas entidades estavam completamente em desacordo sem que o Ginásio entendesse bem a razão, porque de alguma forma as suas obrigações estariam a ser cumpridas. Compreendiam que a Câmara Municipal não tivesse como objetivo investir no Ginásio e quisesse criar o Parque Desportivo Municipal, todavia, quando o Município tinha decidido fazer um arrelvamento de

um campo de futebol, tinham sido manifestamente contra à sua localização e tinham dito que deveria ser num campo com dimensões suficientes para os atletas realizarem jogos. -----

--- Não tinha sido o que tinha acontecido e naquele momento não tendo nem o campo de jogos do Ginásio com um novo tapete e também não podiam alegar que não sabiam que necessitava de substituição porque o prazo de validade eram de oito a nove anos e já há muito que tinha sido ultrapassado aquele prazo. Tinha optado por fazer um campo que não tinha as dimensões para jogar, portanto não era de estranhar que presentemente não houvesse um campo de jogos e que o campo do Ginásio estivesse impraticável, o que era resultado do tempo decorrido, não sendo necessário outro fator. Passado todo aquele tempo, no início do ano, tinha sido proposto um novo protocolo, contudo ou teriam em vigor um protocolo relativamente ao qual o Município nada tinha investido nos anos recentes, nem mesmo na manutenção, ou se tratava de uma proposta de protocolo em que o Ginásio deixava de ter a gestão e em vez dos dez anos que faltavam, propunham setenta e cinco anos. Que o desculpasse, mas considerava tratar-se de brincadeira com as pessoas, de uma injustiça, pois não podiam diabolizar aquele processo com o Ginásio como todos estavam a tentar, porque o Ginásio era a parte fraca no processo, porque sempre tinham tido os seus terrenos, património e desde sempre que todos os atletas de Tavira e de todos os clubes praticavam ali desporto. Eventualmente, ao longo do tempo o Ginásio ter-se-ia deparado com algumas dificuldades mas sempre se tinha ali praticado desporto. O Município podia ter dito em termos de gestão, que não pretendia aquele protocolo, terminando com o que iriam construir o Parque Desportivo, porém se pretendia investir, tinham investido na realidade, não sendo apenas no momento em que não tinham um local onde os atletas pudessem jogar, que referiam já ter apresentado uma proposta ao Ginásio e que seria o Clube que expressava má vontade e o querendo aceitar. -----

--- Não lhe parecia justo que existindo um protocolo em vigor com o Ginásio, que acabava dentro de dez anos, em que durante vinte anos tinha sido executada uma pavimentação da pista inicial, um arrelvamento e nada mais, nos dez anos restantes a Câmara Municipal não pudesse mostrar boa vontade e fazer algo mais, mas, em vez disso, propunham um protocolo com a duração de setenta e cinco anos. Como sócio do Ginásio e como Membro da Assembleia Municipal, numa dupla função, considerava completamente inaceitável, e todos os sócios do Ginásio inclusivamente pessoas do PS com responsabilidades no partido, tinham votado aquela temática na Assembleia Municipal anterior, e considerável inaceitável pretendendo negociar com o Município outra solução por aquela não ser aceitável. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que se alguém estava a diabolizar o Ginásio era a bancada do PSD perante os executivos do PS. -----

--- Acrescentou que, se era o problema do prazo que dificultava a aceitação da proposta por parte do Ginásio, a questão não tinha sido claramente abordada no ofício remetido à Câmara Municipal, onde apenas tinham referido a não aceitação da proposta. A Presidente da Câmara Municipal mencionou que nunca tinha manifestado que o prazo seria inegociável embora o aumento da duração do protocolo fosse sempre colocado como já tinha informado a Direção do Clube em todas as reuniões que tinham realizado. Aquela tinha sido a proposta apresentada, pelo que deveriam ter manifestado a sua discordância e proposto outra duração, o que não tinha acontecido talvez por não pretenderem solucionar aquele problema. -----

--- Quanto à questão se a Câmara Municipal não investia, a Presidente da Câmara Municipal respondeu que a Câmara Municipal liquidava o valor do direito superfície que era de mil e quatrocentos ou mil e setecentos euros, a água, a luz, tinha um funcionário nas instalações, os balneários constantemente tinham reparações, pois eram instalações velhas, e haviam situações que se resolviam mandando abaixo e erguendo de novo, pelo que havia investimento que de outro modo já não estaria a ser utilizado por estar fechado. -----

--- Disse ainda que não tinha referido que desconhecia que o relvado estava deteriorado, já tendo referido na sua intervenção que estava cada vez pior, no entanto estavam a referir-se à questão do investimento que tinha sido feito e que posteriormente teria que ser regularizado, pelo que tinha que haver aquele equilíbrio na gestão do dinheiro público, não podendo investir três milhões e quinhentos mil, ou quatro milhões de euros, porque à velocidade que a inflação se refletia nos preços dos materiais de construção, quando fossem realizar obra o investimento poderia custar cinco milhões de euros, que poderiam ter que devolver ao Ginásio se dentro de dez anos este não pretendesse continuar com o protocolo com a Câmara Municipal. Questionou se tal seria o melhor para a cidade, para a prática desportiva, porque a gestão do dinheiro público não era dinamismo acima da média, era feito com cautela e com zelo. Ao dinamismo acima da média ela chamaria outra coisa e relativamente aos empréstimos, não tinham um mas dois, um empréstimo no primeiro mandato para pagar algumas obras e para apresentar algumas candidaturas porque a Câmara Municipal não tinha dinheiro e o empréstimo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) que, fruto de uma boa gestão, tinha sido possível liquidar antes da sua conclusão. -----

--- Referiu ainda que não pretendia referir-se aos presidentes que a tinham antecedido pois cada um tinha tomado as suas opções quanto à forma de gestão, às suas equipas e com o contexto que se se tinham deparado. -----

--- Concluiu dizendo que tinha efetuado uma breve exposição para que as pessoas percebessem aquela que tinha sido a sua postura de diálogo e de resolução daquela questão o mais rapidamente possível. Quanto aos setenta e cinco anos propostos, os mesmos eram

efetivamente negociáveis pelo que se tivessem demonstrado abertura e tivessem falado com o Executivo dizendo que era a questão da longa duração do prazo que estava a incomodar a Direção, poderiam ter negociado. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que na sua opinião o Ginásio ~~f~~ tinha feito o que qualquer Associação de boa gestão deveria fazer, antes de responder ao Município, tinha realizado uma Assembleia para questionar os sócios sobre o que pretendiam e se mandatavam a Direção para dar resposta e para negociar com o Município. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal**, referiu que não tinha sido o que tinha acontecido pois numa primeira vez a Direção do Ginásio tinha respondido assumidamente que não aceitava o proposto, ainda antes de a apresentar proposta para conhecimento dos sócios. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** esclareceu que tinha havido uma primeira Assembleia e o cuidado da Direção em informar que estava a decorrer uma negociação. Quanto à resposta a dar não podia ser decidida naquela Assembleia por não existir ponto na Ordem do Dia, pelo que tinham tido que marcar uma segunda Assembleia que seria realizada quando a negociação estivesse encaminhada e fosse possível ser negociado o prazo, pretendendo-se chegar a um consenso com a maior brevidade possível. -----

--- Considerava que, o que deveria ter sido definido desde o princípio era se pretendiam investir ou se pretendiam criar o Parque, porque o Ginásio poderia ter que fazer o seu caminho se o Município decidisse não investir. Tratava-se de uma situação que se arrastava do passado e para a qual já deveria existir uma solução. -----

--- Folgava em saber que havia margem para negociar e que os setenta e cinco anos podiam ser dez ou não, mas de qualquer forma, o que estava em causa e o que era importante para o Município era de facto haver um acordo porque aquele espaço de desporto tinha que ser aproveitado, não era apenas futebol, mas ciclismo, um polidesportivo, bancadas, um local que tinha que ser para o desporto porque era um marco histórico para a cidade de Tavira. Provavelmente era dos únicos locais onde a vontade pública tinha feito erguer um estádio, uma pista, que tinha sido feita pela boa vontade dos tavienses, que era do Ginásio, era um monumento marcante em Tavira.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que pretendia terminar a questão do Ginásio dizendo que estava totalmente disponível para estudar a questão da substituição do arrelvamento, independentemente da que fosse a decisão da Câmara Municipal e do que pudessem negociar com o Ginásio sendo que as torres de iluminação já estavam contempladas.-----

--- Também tinha pedido a palavra para justificar a questão do Pavilhão da Luz de Tavira, referindo que já tinha esclarecido anteriormente que pensava que nos próximos dois ou três

meses o procedimento para ter um diagnóstico das patologias da estrutura poderia ser lançado bem como a elaboração de caderno de encargos para o projeto.-----

--- **O Deputado Municipal João Correia** cumprimentou todos e agradeceu fazerem parte daquele momento com ele. Era a primeira vez que pedia a palavra numa Assembleia Municipal, pois gostava de ter o seu tempo, gostava de dar espaço aos outros e apenas naquele momento tinha considerado fazer sentido usar da palavra.-----

--- Cumprimentou a Mesa do Executivo, todos os colegas deputados municipais e os munícipes que participavam até tarde quer presencialmente quer em casa, via *facebook*.-----

--- Mencionou que na sua intervenção queria destacar alguns pontos importantes, a valorização do desporto em Tavira iria sempre carecer de mais investimentos, porque felizmente estava a crescer, o que via como um ponto positivo pois existiam cada vez mais modalidades, mais praticantes, sendo cada vez mais era difícil que estivesse tudo perfeito.-----

--- Verificava que havia situações diferentes entre clubes e mesmo entre instalações, no Ginásio, onde também tinha sido atleta durante muito tempo e conhecia muitos que ainda o eram, na realidade a manutenção por parte da Câmara Municipal não tinha sido a melhor. Desde que era criança que o mesmo se apresentava com materiais degradados e tinham que praticar as modalidades em outros locais, embora as crianças fizessem disso uma festa, porque as crianças queriam era jogar futebol, queriam correr e fazer parte das provas ciclismo que tinham deixado-de acontecer.-----

--- Constatava que aquela era também uma questão importante, o ciclismo, que para o Ginásio era histórico, pelo que considerava que a Câmara Municipal deveria de ter em atenção. Tratava-se de uma modalidade muito importante para o Clube e até para algumas pessoas que ali se encontravam, mais do que para outras, portanto a retirada da pista era um situação que deveria ser refletida e ponderada. Não descurava o atletismo pois embora outras coletividades tivessem aquela modalidade, como por exemplo o Clube Santaluziense, era uma modalidade que carecia de espaços para a prática desportiva.-----

--- Referiu que não estava ali para diabolizar ninguém, não era o seu objetivo, apelava que se retirassem das discussões as infantilidades, embora o assunto fosse muitas vezes sobre crianças, mas infantilidades de um ano, de uma reunião, de um campo, de um poste, que isso não fosse o mais importante, mas sim os jovens, as crianças. Apelava pois, à resolução dos problemas, sempre com visão de futuro, não diria uma visão a setenta e cinco anos porque já não iriam estar ali, mas um futuro com um horizonte temporal aceitável para a prática desportiva, meritória do caminho que estava a ser traçado em Tavira com a ajuda de todos.-----

--- **A Deputada Municipal Jovita Ladeira** mencionou que destacava as palavras do Deputado João Correia quando se tinha referido, e bem, que o desporto estava a crescer no concelho de

Tavira e que existiam mais modalidades, um maior número de atletas, mais clubes, sendo sinónimo que nos últimos doze (12) anos pelo menos tinha havido uma política desportiva Municipal que tinha sido a mais correta, a mais acertada, porque também por vezes existiam informações contrárias mas que aconteciam para dissimular a verdade porque a realidade era aquilo que o Deputado João Correia tinha referido. -----

--- Considerava que estavam todos, independentemente das cores políticas, com o intuito de resolver os assuntos em benefício e no interesse da população do concelho de Tavira, com o foco no Ginásio Clube de Tavira. Ninguém diabolizava ninguém e de uma vez por todas, achava que tinha que haver boa-fé, uma atitude dialogante de parte a parte e tinha que haver abertura, não se podia entrar nas questões do passado que porventura não teriam sido agradáveis de um lado e de outro, mas reconhecer-se que estava em causa um investimento que andava à volta dos quatro milhões de euros (€ 4.000.000,00), que era dinheiro público o que por si só era uma questão muito pertinente para estar sempre presente nas reuniões de negociação. -----

--- Referiu que não existiam apenas atletas do Ginásio Clube de Tavira, mas de muitos clubes que precisavam daquele espaço para o utilizarem pelo que registava que da parte da Câmara Municipal e, esperava que também da parte do Ginásio, e, sendo o Deputado Jorge Corvo sócio do Ginásio apelava para que houvesse uma porta aberta à negociação, que o objetivo fosse mesmo a resolução do problema e que não fosse dilatada aquela questão por mais tempo. Tavira não podia esperar mais, a juventude não podia esperar mais por aqueles equipamentos, pelo que considerava que os partidos que tinham assento PS, PSD e CHEGA tinham a obrigação e o dever moral de ajudar na resolução da questão. -----

--- Acrescentou que, inclusivamente os sócios do Ginásio também poderiam ajudar porque tinha que haver negociação, tinha que haver boa-fé quando fossem para a mesa das negociações, tinham que apresentar propostas com lealdade entre as partes, referindo concretamente o que pretendiam e não pretendiam, tinha que haver sempre cedências de parte a parte nas negociações não descurando que estava em causa um investimento de quatro milhões de euros (€ 4.000.000,00) e que a Câmara Municipal assim como apoiava outros clubes também apoiava o Ginásio de Tavira, esperando que aquela porta aberta às negociações continuasse a existir para chegarem a um acordo. -----

--- **O Deputado Municipal Gonçalo Santos** referiu que era com bom agrado e experiência própria, graças a todos os deputados municipais e ao Executivo que tinha alguma noção de todo o processo que tinha ocorrido entre o Ginásio Clube de Tavira e Câmara Municipal. Aproveitando as palavras do Deputado Municipal João Correia e da Deputada Municipal Jovita Ladeira, pretendia enaltecer a quantidade de jovens que praticavam desporto e que,

presentemente, para além de praticarem também aportavam algum mérito a Tavira já que representavam seleções, ganhavam campeonatos e prémios, mesmo com as condições que tinham. Se com a quantidade de atletas que e com as condições que tinham conseguiam-se aqueles feitos, certamente que com melhores condições os resultados seriam ainda melhores.

--- Utilizando o processo de negociações e estando a referirem-se a quatro milhões de euros (€ 4.000.000,00), questionava qual seria a solução. Também pretendia saber qual seria a solução mais adequada para os clubes e, naquele caso em particular, para os praticantes de futebol. As questões que colocava tinham como intuito saber o que estava a ser pensado, quais eram as opções. Presentemente não existia alternativa além dos clubes de futebol jogarem nos concelhos vizinhos ao fim de semana, todavia apesar da interdição do campo para provas oficiais, ao passar pelo Ginásio, tinha verificado que continuavam a realizar-se treinos. Questionava assim de quem seria a responsabilidade se acontecesse algo durante os treinos, se seria dos clubes ou do Município. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que efetivamente o campo estava interditado para a prática oficial pela Associação, mas não havia nada contra os treinos e se alguém se magoasse o Município através das suas responsabilidades civis teria, obviamente, que assumir. -----

--- Todos sabiam as condições em que o campo se encontrava, pais e treinadores, apesar disso tinha realmente havido prática desportiva porque a interdição não tinha sido alargada aos treinos, apenas aos jogos oficiais evocando o estado do relvado, das luminárias, as bancadas, o balneário e também a questão da rega cuja necessidade de substituição, ou não, estava a ser avaliada. -----

--- Como já tinha referido, estavam a estudar a substituição do relvado e, considerando que a maior parte dos jogos aconteciam de dia, poder-se-ia voltar a ter campo, talvez não tendo bancadas, mas com alguma interdição de público. A substituição do relevado devia ser uma obra relativamente rápida, de três a quatro meses. -----

--- Entretanto estavam a assegurar o transporte dos atletas para os jogos oficiais que aconteciam em Monte Gordo, embora esse relvado também não estivesse nas melhores condições, todavia era a melhor solução, pois presentemente estavam a correr contra o tempo. Iriam contactar a empresa que já tinha executado o relvado anexo ao Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho para que fornecesse ao Município um orçamento de suporte à abertura de procedimento para se lançar a empreitada e pensando tratar-se apenas uma substituição, esta seria rápida. Porque a empreitada das torres seria mais demorada, iriam lançar numa outra empreitada. -----

--- Relativamente ao atletismo, como já tinha referido, tinham falado com o Clube SantaLuziense, numa reunião realizada na Divisão de Projetos e Obras Municipais e estavam a estudar uma situação que não gostaria de adiantar, porque ainda não tinha sido marcada reunião com o Presidente do SantaLuziense, contudo contava brevemente apresentar a solução que estavam a estudar, também para obter a opinião de todos -----

--- A Presidente da Câmara Municipal adiantou ainda que a solução poderia passar por, junto da Associação Âncora onde estava previsto um recinto desportivo em termos do Plano de Urbanização de Santa Luzia, executar algumas pistas de atletismo e também poderiam fechar o Polidesportivo e dar-lhe um tratamento no piso para a prática do futsal dando assim resposta ao SantaLuziense e também para o futuro quando tivessem que executar a intervenção no Pavilhão da Luz de Tavira. Aquela podia ser uma solução para os Sonâmbulos poderem treinar, pelo que estavam a considerar avançar mas tinha que ser uma resolução rápida, relativamente à qual já existiam alguns exemplos no país e em particular no Algarve, pelo que a questão estava a ser avaliada. -----

--- Terminou dizendo que concordava com o Deputado João Correia quando referia a existência de cada vez mais prática desportiva e mais atletas a praticar, o que estava a ser um problema para os espaços desportivos existentes porque estavam todos a ser utilizados até tarde e muitas vezes miúdos de quinze (15) anos estavam até às vinte e duas horas (22:00) a praticar desporto pelo que estavam a tentar encontrar outras soluções, outras resposta, todavia eram questões demoradas. A opção de poderem cobrir alguns polidesportivos poderia ser interessante para retirar alguma pressão do Pavilhão Dr. Eduardo Mansinho, o que estavam a avaliar, no entanto o SantaLuziense seria sempre prioritário. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** esclareceu que a responsabilidade civil com um campo interdito, com os espaços não licenciados, não funcionava. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria dar início à Ordem do Dia, com a apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.** --

--- **A Presidente da Câmara Municipal** evidenciou o edifício dos Paços do Concelho devidamente ornamentado para as comemorações do 25 de abril e os eventos culturais realizados desde a última sessão, nomeadamente exposições patentes no Museu do Palácio da Galeria, no Núcleo Islâmico, uma exposição de escultura "*Caminho - A reconstrução da Memória*" de Rui Matos, a realização da 16.ª Semana da Leitura e as comemorações do Dia Mundial da Poesia. -----

--- Disse que continuavam a ter a Música nas Igrejas e tinha-se realizado uma audição de dança pela Academia de Música. -----

--- Realçou a visita ao quartel da Atalaia que tinha tido uma excelente adesão e ocorrido no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.-----

--- Na área de desporto destacou a realização da final da Taça de futebol feminino que se tinha realizado no Pavilhão Municipal Dr. Eduardo Mansinho, a 16.ª edição Abas da Geada que tinha decorrido em Santa Catarina, e o regresso da atividade física. A VIII Mostra da Primavera que tinha marcado regresso à normalidade, com mostras de artesanato e eventos culturais, vários grupos que tinham animado a feira, a semana Santa com as várias procissões, entre elas a Procissão dos Ramos e as comemorações do 25 de Abril. -----

---Detalhou ainda as obras que se encontravam em procedimento de contratação, em curso e as concluídas.-----

--- **PROPOSTA N.º 69/ 2022/CM - ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** clarificou que aquela alteração se prendia com a saída de Ana Cristina Palindra, que a seu pedido tinha cessado as funções de dirigente no Município de Tavira, o que resultava numa substituição do júri, o que constituía uma formalidade. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 69/ 2022/CM, Alteração da Composição do Júri Concursal para Provimento de Cargo de Chefe de Divisão de Assuntos Sociais, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **PROPOSTA N.º 104/ 2022/CM - JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE CHEFE DA UNIDADE DE AÇÃO SOCIAL, UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que se tratava de mais uma substituição de júri, era uma formalidade porque os júris eram aprovados para os cargos dirigentes pela Assembleia Municipal. A presidente de júri era Cátia Jesus, os vogais Andreia Ventura, a nova responsável da Unidades de Recursos Humanos e Sónia Zica tendo como suplentes Ana Lúcia Ferro Roque e Cristina Neto. Tratando-se de uma unidade de 3º nível, o júri era constituído pelos dirigentes do Município para que o procedimento se tornasse mais célere.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 104/ 2022/CM, Júri para o Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Chefe da Unidade de Ação Social, Unidade Orgânica Flexível de 3.º grau, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **PROPOSTA N.º 117/ 2022/CM - APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT).**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que aquele documento já tinha sido apresentado, há quatro anos, numa outra Assembleia Municipal e noutra Executivo e tinha

que ser revisto e atualizado de quatro em quatro anos. Tratava-se de um documento que fazia a análise do concelho, a sua caracterização. O processo já tinha sido apresentado em Reunião de Câmara e tinha estado em discussão pública, sendo que estava a ser apresentado para aprovação da versão final. Referiu que o documento continha muitos dados dos Censos de 2011, o que talvez fosse a grande problemática do relatório, uma vez que tinham sido usados os mesmos dados de há quatro anos atrás, no entanto tal tinha acontecido porque o relatório apesar de ter sido apresentado na Reunião de Câmara Ordinária realizada em 27 de dezembro passado, tinha começado a ser preparado muito antes, não havendo ainda conhecimento dos indicadores dos Censos de 2021. Efetivamente esperava-se que eles saíssem um pouco mais tarde. -----

---O Instituto Nacional de Estatística (INE) tinha divulgado alguns dados por altura daquela Reunião de Câmara todavia eram dados muito desagregados, apenas genéricos, como a percentagem de crescimento da população, sem informação com faixas etárias, que apenas tinham sido publicados posteriormente. Entendia que não valia a pena esperar mais até porque o documento tinha que ser elaborado e, por aquela razão, tinha aquela informação. Certamente que dentro de quatro anos estaria muito mais atualizado. Salientava que muitos dos instrumentos estratégicos municipais, o plano de diagnóstico social, a carta educativa também estavam a terminar e portanto iriam começar a atualizar também aqueles documentos estratégicos que influenciariam o relatório do Estado do Ordenamento do Território. -----

---Explicou que, como todos sabiam, a legislação dos solos tinha sofrido consequentes alterações que tinham permitido a prorrogação da aprovação dos PDM pelo que tinham vindo a ser prorrogadas no tempo. A versão final da Lei estipulava que o PDM estivesse em vigor a 31 de dezembro de 2022, sob pena das câmaras municipais perderem o acesso a fundos comunitários. O Município de Tavira tinha estado a trabalhar e cumprido a data da primeira Comissão Consultiva com trinta e três (33) entidades, onde tinham estado presentes o Presidente da Assembleia Municipal e o Deputado Municipal Nuno Diogo. Considerava que tinha sido uma boa reunião mas como era óbvio não tinham tido o parecer favorável de todas as entidades naquela primeira comissão. -----

--- Presentemente iria iniciar-se uma nova fase de conversação com todas as entidades, sendo que as propostas do Município tinham tido muitos pareceres favoráveis mas condicionados a várias questões, de cada uma das diferentes entidades e um parecer desfavorável da DRAP – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve relativamente à reserva agrícola nacional. De todas as entidades as mais difíceis eram sempre a APA – A Agência Portuguesa do Ambiente, o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a CCDR – Comissão

de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a RAN – Reserva Agrícola Nacional e DRAP – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve. Aquelas eram com quem iriam iniciar de imediato o diálogo para que os pareceres passassem de favoráveis condicionados a favoráveis.

--- Queria dizer publicamente que o PDM tinha demorado, que já estava em revisão há algum tempo, tinha sido elaborado essencialmente por técnicos do Município, a quem agradecia, e com o apoio de algumas empresas, nomeadamente na carta de ruído, na questão ambiental, a Rede Agrícola Nacional (RAN) e Rede Ecológica Nacional (REN), e também a parte de consultoria jurídica que estava a colaborar no articulado. Estavam a trabalhar e contava cumprir o prazo 31 de dezembro de 2022, especulando-se, no entanto, que o Governo poderia vir a prorrogar o prazo com o que, todavia, não poderiam contar por ser incerto. -----

--- Acrescentou que presentemente apenas cinco municípios do Algarve estavam em condições de poder aprovar o PDM até 31 dezembro de 2022, Tavira, Faro, Silves, Lagos e Lagoa, pelo que considerava ser de assinalar o esforço que tinha sido feito por parte do Município de Tavira para cumprir os prazos. Deixava aquela informação de como estava a decorrer o processo porque alguns deputados municipais como Jorge Corvo, que já eram membros da Assembleia Municipal há muito tempo, já tinham ouvido anteriormente falar da revisão. -----

--- Concluiu dizendo que se tratavam de processos que se arrastavam por muito tempo mas presentemente considerava que estava bem encaminhado e, pese embora a nova Lei dos solos fosse bastante mais restritiva, iriam tentar aprovar o PDM para o território. -----

-- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que, dando seguimento às palavras da Presidente da Câmara Municipal, tratavam-se de processos que se arrastavam durante muito tempo, quer a revisão do PDM, quer o Relatório do Estado do Ordenamento do Território, mas pretendia ressaltar que sendo um documento estratégico para o futuro do concelho, visto estar a ser elaborado há tanto tempo e tendo uma validade de dez anos, esperava que fossem refletidos os Censos de 2021 e não os Censos de 2011.

--- **A Presidente da Câmara Municipal** mencionou que o documento era atualizado de quatro em quatro anos já tendo explicado a razão por que os dados não estavam mais atualizados. ----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** esclareceu que se estava a referir ao PDM, sendo naquele documento estratégico que gostariam de ver refletido os últimos Censos. -----

--- Também queriam fazer uma ressalva na aprovação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território que estava relacionada precisamente com uma das situações refletidas no mesmo, relativamente ao Plano Pormenor de Cachopo. Na página cento e vinte e sete (127) o Plano de Pormenor de Cachopo mencionava que este apresentava uma taxa de execução muito reduzida não apresentando qualquer área comprometida pelo que a sua

revisão deveria ser devidamente ponderada, nomeadamente face à compatibilidade com os equipamentos ali presentes com destaque para o Centro de Meios Aéreos de Cachopo. Ao consultar o *site* do Município e também na informação da Presidente da Câmara Municipal verificava-se que já se encontrava em procedimento a construção do Centro de Meios Aéreos de Cachopo, em fase de análise de avaliação de propostas pelo que questionava, de acordo com aquela informação, se o projeto cumpria ou não o Plano de Pormenor que estava em vigor para Cachopo. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que cumpria, e embora o destino já estivesse previsto para o Centro de Meios Aéreos, porque o espaço já ali existia, o que não havia era o edifício, apenas a pista e contentores, sendo que o novo projeto contemplava um edifício em alvenaria. -----

--- Existia uma outra questão que se relacionava com a área de serviço para autocaravanas, em que o projeto de Cachopo tinha sido elaborado para um terreno cujo destino era um equipamento desportivo e, como tal, tinha sido incompatível. Tinha sido desenvolvido o projeto e quando já se encontrava com maturidade, em condições de ser lançada a empreitada, tinham constatado que havia aquele problema e que não era compatível com o terreno. Quanto à questão do Centro de Meios Aéreos, já tinha havido uma reunião com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) tendo ficado esclarecida a compatibilidade embora não estivesse com o destino específico. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** reiterou o que já havia questionado se o Centro de Meios Aéreos de Cachopo se encontrava dentro do Plano de Pormenor de Cachopo tendo a Presidente da Câmara Municipal confirmado que se encontrava. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** dirigiu uma primeira palavra de agradecimento aos técnicos do município que mais uma vez tinham demonstrado a sua competência para desenvolver aquele trabalho internamente e ao mesmo tempo através dele providenciar o suporte para outros instrumentos de gestão urbanística municipal. -----

--- Seguidamente disse que gostaria de referir e voltar a um tema que tinha sido trazido para o debate na Assembleia Municipal anterior pelo Deputado David Martins. Referia que o relatório também tinha estado em discussão, apreciação pública durante praticamente um mês em que tinham sido rececionadas apenas dois contributos de cidadãos de Tavira. Considerava importante apelar à participação, sobretudo para um documento daquela importância, pois pensava que era premente e essencial que para assegurar uma boa gestão dos recursos do Município, que não era a Câmara Municipal mas todos os cidadãos, que houvesse uma maior participação pública na sua discussão, apreciação e melhoria. -----

--- Para terminar disse que, como já tinha referido, o relatório não explanava os dados definitivos dos Censos de 2021, pois os mesmos ainda não estavam disponíveis e o documento tinha que ser apresentado naquela Assembleia Municipal, pelo que tinha tido que ser elaborado com a informação disponível. Sublinhava a intenção da Deputada Municipal Ana Rita Pacheco pois também considerava que seria bom conseguir os dados em tempo, todavia tal não dependia da vontade do Município mas da disponibilização dos dados por parte do INE, pelo que apenas poderiam fazer refletir aquela informação mais recente nos próximos documentos.-----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias** cumprimentou os presentes e reforçou as palavras do Deputado Municipal José Graça, uma vez que estavam a debater assuntos muito sérios para o interior algarvio e a participação pública muitas vezes não era a desejada.-----

--- Quanto ao PDM gostaria de saber se havia ou se já tinha havido alguma intervenção das juntas de freguesia naquele processo e se já tinham sido auscultadas sobre os seus territórios.

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que no mandato atual não tinha havido nenhuma reunião, poderia ter ocorrido em outro mandato, mas as juntas de freguesia iriam ser ouvidas quando tivessem uma versão mais trabalhada.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 117/ 2022/CM, Aprovação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor dos deputados municipais José Manuel Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Luís Silva, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira e Carla Martins e doze (12) abstenções dos deputados municipais Maria Dulce Reis, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Jorge Cruz, Liliana Fernandes, Ana Rita Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Gonçalo Santos, Artur Gomes, Ana Baioa e Rafael Dias.**-----

--- **PROPOSTA N.º 123/ 2022/CM - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2021.**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** referiu que o documento da prestação de contas era muito técnico e era preparado sobretudo para apresentar na Assembleia Municipal cujas declarações e a certificação das contas eram enviadas ao Presidente da Assembleia Municipal embora também fosse dado conhecimento à Câmara Municipal.-----

--- Disse que iria apenas ler as conclusões, salientar duas ou três questões e depois ficava disponível para qualquer esclarecimento.-----

--- Assinalou que uma vez mais o Município de Tavira tinha um grau de independência financeira de sessenta e nove por cento (69 %), o que queria dizer que tinha estado razoavelmente bem do ponto de vista financeiro. O grau de execução da receita situava-se nos noventa e nove vírgula zero oito por cento (99,08 %) o que era ótimo, sendo que o ideal seria

cem por cento (100 %). Em termos de receitas correntes tinham atingido cento e dois vírgula vinte e cinco por cento (102,25 %) o que significava que as receitas efetivas tinham sido ligeiramente superiores às receitas estimadas o que denotava um orçamento bastante realista. Tinha-se registado um aumento da receita cobrada em três vírgulas vinte e oito por cento (3,28 %) com a receita corrente a aumentar nove vírgulas cinco (9,5) pontos percentuais que se traduzia em dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis euros (€ 2.586.686,00). A receita de capital tinha diminuído catorze vírgula trinta por cento (14,30 %) o que representava cerca de trezentos e nove mil, novecentos e noventa e cinco euros (€ 309.995,00). -----

--- Tinha-se verificado o decréscimo do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de cerca de duzentos mil euros (€ 200.000,00) que era o reflexo das consecutivas diminuições da taxa de IMI que o Município tinha vindo a propor e que a Assembleia Municipal tinha aprovado, estando a taxa cada vez mais afastada do montante máximo, de zero vírgula cinco por cento (0,5 %), aproximando-se cada vez mais do mínimo, zero vírgula três por cento (0,3 %), o que tinha representado uma quebra de receita. -----

--- Relativamente à contrapartida do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) tinha-se verificado um aumento de cerca de três milhões de euros que demonstrava o dinamismo imobiliário na cidade, o que, se por um lado era um bom sinal porque dava receita à Câmara Municipal, por outro traduzia-se no que era um dos maiores problemas em Tavira, o preço de compra de habitação própria pelo que era necessário que rapidamente fosse executada a Estratégia Local de Habitação. -----

--- Quanto ao grau de execução da despesa tinha sido de sessenta e três vírgulas cinquenta e dois por cento (63,52 %), tendo a despesa corrente setenta e seis vírgula setenta e sete por cento (76,77 %) e a de capital quarenta e quatro vírgula vinte e três por cento (44,23 %) com a despesa liquidada a aumentar relativamente ao ano anterior. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal salientou ainda que a despesa com pessoal tinha aumentado cerca de oito por cento (8 %) que se devia sobretudo ao aumento das remunerações certas e permanentes relativas às atualizações remuneratórias que tinha sido possível efetuar na sequência das avaliações de desempenho e também do aumento do salário mínimo. Nos últimos anos, tinham vindo a dotar o Município de assistentes operacionais nomeadamente nas escolas, nos armazéns, colaboradores que estavam na base da carreira, cujo aumento dos recursos humanos implicava mais funcionários. Para o ano seguinte Município teria ainda muitos mais colaboradores provenientes da transferência da delegação de competências, e tinha recebido em abril cento e cinquenta (150) funcionários, ultrapassando os seiscentos (600) na sua totalidade. -----

--- Destacava o aumento de cerca de dez por cento (10 %) nas despesas de capital o que evidenciava que tinham aumentado a execução das despesas de capital e consequentemente o volume de obras em curso. O Município encontrava-se devidamente equilibrado de acordo com o estipulado no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelecia o regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, sendo que tinham uma margem de quatro milhões, oitocentos e nove mil e seiscentos e um euros (€ 4.809.601,00), cumprindo a legalidade. -----

--- O saldo gerência a transitar no ano em apreço era superior a dezoito (18) milhões de euros, dezoito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e sessenta e dois euros (€ 18.854.062,00), que representava um valor inferior ao do ano anterior que se tinha situado nos vinte milhões, seiscentos e treze mil, trezentos e cinquenta e seis euros (€ 20.613.356,00), sendo a diferença motivada sobretudo pela execução das obras públicas. -----

--- Outra questão que pretendia salientar prendia-se com o imobilizado do Município. Desde que o Município tinha efetuado a avaliação dos bens do domínio público o valor das depreciações e amortizações tinha atingido um valor elevado. Todo o domínio público, as estradas, as condutas, e outros, tinham sido avaliados e incluídos no património, no ativo municipal, pelo que a partir de então tinham passado a ter um valor muito elevado em amortizações, o que fazia com que a Câmara Municipal tivesse um resultado líquido negativo em termos da contabilidade financeira e que no ano em apreço tivesse voltado a ser negativo. Uma vez mais tinha-se verificado a redução da dívida em cerca de um milhão e duzentos mil euros (€ 1.200.000,00), pelo que dos trinta (30) milhões iniciais que o Executivo do PS tinha recebido de dívida da Câmara Municipal aquele valor estava bastante reduzido não havendo dívida de curto prazo, e tendo cerca de cinco milhões e trezentos mil euros (€ 5.300.000,00) de médio e longo prazo, tendo cumprido o limite da dívida total e tendo margem para se endividar em cerca de trinta e oito (38) milhões de euros, pelo que poderiam recorrer à Banca para financiar novos projetos, caso se justificasse. -----

--- Acrescentou por considerar que tinha impacto, que embora muitas atividades não se tivessem realizado, embora tivessem investido valores consideráveis na cultura, as medidas de combate à prevenção no âmbito da pandemia tinham afetado as contas da autarquia em cerca de dois milhões e trezentos mil euros (€ 2.300.000,00) e, portanto, tinham tido reflexo nas contas. Destacava os apoios às famílias mas também às empresas que tinham ultrapassado os setecentos mil euros (€ 700.000,00).-----

--- A Presidente da Câmara Municipal terminou dizendo que estaria ao dispor para esclarecimento de eventuais dúvidas, todavia, tentando antecipar uma questão que certamente iria ser colocada pelo Deputado Municipal Jorge Corvo relativa à EMPET - Parques

Empresariais de Tavira, EM, efetivamente as contas do ano de 2020 da EMPET ainda não tinham sido apresentadas em Assembleia Municipal para conhecimento como se tinha verificado com a Taviraverde - Empresa Municipal De Ambiente, E.M. A EMPET tinha entregado as contas assinadas pelo liquidatário, pois como todos sabiam, estava em processo de liquidação há alguns anos, por força do desequilíbrio que tinha sofrido e pela aplicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelecia o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais. Tinha sido escolhido um liquidatário para a empresa que tinha duas missões, liquidar a empresa, vender os ativos e pagar os passivos e, posteriormente, elaborar um relatório do seu trabalho e uma proposta de como deveria ser efetuada a afetação do que sobrasse, se tal se verificasse, conforme estava contemplado no código das sociedades comerciais, a legislação que regia aqueles assuntos. -----

--- A Assembleia Municipal tinha deliberado, a Câmara Municipal tinha internalizado parte das atividades da EMPET, não a dívida mas parte das atividades da empresa, os funcionários, e a EMPET tinha ficado com os terrenos do Parque de Feiras e Exposições. Pensava que presentemente era importante lembrar que a EMPET tinha sido constituída no ano de 2002 com a compra dos terrenos onde estava localizado o Parque Empresarial e depois o Parque de Feiras e Exposições, cujo processo tinha sido muito alicerçado no financiamento bancário, que posteriormente seria liquidado com a venda dos lotes. -----

--- Esclareceu que quando o Executivo PS tinha iniciado funções na Câmara Municipal, a EMPET tinha uma dívida de dezassete (17) milhões de euros a crescer à da Câmara. O parque não estava ainda concluído e existia um contencioso com o empreiteiro e a empresa. A empreitada que tinha sido lançada para construir as infraestruturas do parque industrial seria liquidada de duas formas, uma parte em dinheiro e outra com dação em pagamento com lotes. Tinha havido uma alteração na administração da EMPET a qual tinha negociado, conseguindo chegar a um acordo com o empreiteiro, tendo conseguido terminar as infraestruturas, e posteriormente negociado com a Banca. As contas do ano de 2020 eram as que a Câmara Municipal possuía, que tinha recebido mas não estavam certificadas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), estando assinadas pelo liquidatário e pelo contabilista mas não certificadas, pelo que não as tinha pretendido remeter. Tinham tentado e intentando várias ações com vista a que o liquidatário apresentasse a certificação não apenas referente às contas do ano 2020 mas também de 2021. Tinham feito várias comunicações escritas, com aviso de receção, as quais tinham sido devolvidas pelo que estavam a trabalhar para a notificação pessoal do liquidatário que tinha que prestar contas. Disse ainda que o Deputado Municipal Jorge Corvo se mostrava preocupado, o Executivo estava preocupado porque tinha que consolidar contas do universo do grupo municipal em junho e não tendo as contas da EMPET não poderia fazê-lo

convenientemente. Já tinham sido pedidos vários esclarecimentos, já tinha falado com os juristas do Município e com a Assembleia Geral da EMPET, sendo que uma agravante era que a EMPET era constituída pela Câmara Municipal e por uma empresa intitulada Agetav - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A., a qual se encontrava num processo de insolvência, pelo que tinha muitas dúvidas em todo o processo. -----

--- Estavam a diligenciar para encontrar uma solução jurídico-administrativa para a resolução daquela questão porque inclusivamente sabia que o Tribunal de Contas também já tinha notificado o liquidatário que tinha que apresentar as contas. Tinham um liquidatário que incorria em poder, inclusivamente, vir a ter uma responsabilidade civil porque não estava a prestar as contas como deveria, estando a Câmara Municipal a estudar a hipótese da sua substituição, porque efetivamente o liquidatário tinha trabalhado, tinha vendido lotes, como todos sabiam, mas desconheciam se depois do ano 2020 tinha havido vendas ou não. Aquela tinha sido uma das perguntas que tinham formulado numa das comunicações, se tinha havido vendas ou não, se continuava a ter contas para pagar ou não, pois não tinham qualquer conhecimento o que era uma preocupação de todos. Porque sabiam que a EMPET ainda tinha património e era importante tomar uma decisão sobre o mesmo, sabiam que existia uma ação de contencioso com o empreiteiro, que tinha seguido tramites e relativamente à qual já existia uma decisão do Supremo Tribunal no sentido de condenar a EMPET, tal também poderia influenciar a decisão que tomariam relativamente à empresa. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal esclareceu ainda que, o que tinha que ser feito quanto ao processo de liquidação da EMPET era semelhante ao da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A. (POLIS). -----

--- Tinham recebido um relatório da POLIS cuja comissão liquidatária já tinha sido nomeada, já tendo, inclusivamente, apresentado uma proposta de distribuição dos bens. As empreitadas passariam para as câmaras municipais sendo que estavam a verificar com os Revisores Oficiais de Contas, que também eram os atuais Revisores Oficiais de Contas do Município de Tavira, como se iria processar o registo, pois cabia ao liquidatário propor ao Município a distribuição dos bens que, no caso da EMPET a proposta seria votada em Assembleia Geral de que o Município também era membro, se a decisão naquela Assembleia Geral fosse no sentido de de internalizar, de ficar com os lotes, de assumir as dívidas, seria apresentada em Assembleia Municipal na medida em que afetava as contas do Município. A verificar-se uma situação de insolvência o processo seguiria para Tribunal e decorreria um processo de insolvência normal, com a nomeação de um administrador de insolvência. -----

--- Pretendia pois reforçar que a EMPET estava naquele processo administrativo de liquidação mas presentemente a dívida de EMPET era de cerca de quatro (4) milhões de euros, um valor bastante diferente que do que eram os dezassete (17) milhões de euros no ano 2009 ou 2010.

--- Disse ainda que estava preocupada com aquela situação, que tinham sido feito o possível para a resolver estando a entrar numa esfera mais jurídica, com as consequências que podiam advir e caso não houvesse resposta do liquidatário no prazo que tinha sido estabelecido, ponderavam pedir a sua substituição e também fazer uma comunicação à Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e ao Tribunal de Contas relatando a situação e o prolongar do processo. -----

--- Estavam a tentar acautelar e era importante que existisse um profundo conhecimento dos factos porque tudo o que tinha sido dito tinha-o sido em conversas informais relativamente, por exemplo, à questão da ação Tribunal, pelo que existia um conjunto de incertezas e sem o formalismo da entrega da documentação, sendo que era o necessário.-----

--- Tinha pretendido dar aquela informação até porque no ponto de informações constavam as contas da Taviraverde, pelo que tinha considerado que deveria de explicar a razão porque não constavam as contas da EMPET.-----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** referiu que iria começar a sua intervenção pela prestação de contas, tendo realçado em primeiro lugar que não tinham qualquer alegação ou comentário ao documento ao nível técnico, portanto o que pretendiam abordar era a parte política, que os preocupava, pois estavam perante umas contas em que mais uma vez se podia confirmar que, do investimento previsto pelo Município tinham ficado sessenta e seis por cento (66 %) por executar. Tinha efetuado um apanhado de tudo o que já tinha sido falado naquela Assembleia Municipal e, fazendo um pequeno exercício, podia dizer que os sessenta e seis por cento (66 %) se tinham repetido ao longo de várias prestações de contas, vários anos e mandados, pelo que se dos sessenta e seis por cento (66 %) tivessem sido investidos, por ano, cem mil euros (€ 100.000,00) no Parque Desportivo, os jovens já tinham um campo de futebol para jogar, mas tal não se tinha verificado pois o investimento nunca tinha sido uma prioridade do Executivo Municipal, ao contrário da gestão corrente, até porque uma parte do Executivo Municipal já o integrava nos últimos doze (12) anos. -----

--- O que estava espelhado no orçamento era, de facto, essa aquelas falta de investimento e, ao analisar por áreas, tinha verificado que continuavam a não ter qualquer investimento em habitação. O Município tinha a Estratégia Local de Habitação mas em termos de habitação social apoiada continuava a não existir e o investimento em nova habitação voltava a ser nenhum. -----

--- Em termos de turismo, mencionou que a Freguesia onde a Assembleia Municipal se estava a realizar tinha uma referência turística, o Pego do Inferno, que continuava abandonado, sem

investimento e o Executivo Municipal continuava a dizer que tinha um projeto, inicialmente de renaturalização, depois de recuperação mas, de concreto, não havia investimento algum.-----

--- Ao nível da cultura também tinham o cinema em construção mas a Armação do Artista continuava sem sede. Tinham-lhes sido cedidas sedes mas em situações impossíveis de utilizar, portanto, considerava que o investimento na cultura excetuando os espetáculos de rua e a programação da Câmara Municipal, era baixíssima. -----

--- No que se referia às acessibilidades, o edifício principal do Município onde, no primeiro andar, estavam instalados os principais serviços, e havia mais de dez (10) anos que vinham a questionar relativamente ao acesso a pessoas com mobilidade reduzida, encontrando-se em projeto que não evoluía não se tendo verificado qualquer execução. Verificava-se que as contas também não refletiam nada sobre aquela questão. -----

--- Relativamente ao desporto já tinham falado de Tavira mas em Santa Luzia também não havia um espaço para praticar futebol ou atletismo e, Santa Luzia tinha um desenvolvimento exponencial no atletismo, na Luz de Tavira, esperava que no segundo semestre a questão do Pavilhão se resolvesse, mas considerava que em termos de futebol existiam outros espaços que podiam ser dinamizados e onde também não tinha havido investimento, portanto, em termos gerais, o que tinham nas contas era toda aquela falta de investimento sendo que todas as necessidades que tinham sido enumeradas eram prementes, algumas básicas como as acessibilidades e outras, relacionadas com o futuro, sobretudo dos jovens. -----

--- Referiu que a Presidente da Câmara Municipal tinha dito que para além dos 18 (dezoito) milhões de saldo de gerência também tinham 38 (trinta e oito) milhões de margem para possível investimento, mas, efetivamente continuam a executar obra cujos custos recaiam sobre a geração atual não sendo estendidos ao longo do tempo, também para as gerações futuras. -----

--- Pelo que tinha exposto e em termos de opções políticas, considerava que as contas não correspondiam ao que seria o investimento do seu Partido no Concelho, que tinham que ser dadas respostas básicas, o que não tinha acontecido e que se encontrava espelhado naquele documento e que era indesmentível. -----

--- Relativamente à preocupação da Presidente da Câmara Municipal com o que ele pensaria sobre as contas da EMPET, ficava mais preocupado pela preocupação que demonstrava relativamente à empresa, porque a mesma tinha sofrido um processo de internalização e de resolução que tinha passado que já tinha passado pela autorização temporal da Assembleia Municipal por duas vezes, continuava sem resolução. Naquele momento considerava que a resolução era de menor importância, pois tinham a esperança de ter na Assembleia Municipal, uma vez que o assunto já tinha sido discutido em Reunião de Câmara, uma pretensão do que o

Executivo Municipal queria para EMPET, pois cabia ao Município ter uma estratégia, que era fundamental, pois caso contrário estariam ali sem saber o que fazer, à espera que uma única pessoa, o administrador da liquidação, iria dizer para fazerem, porque a proposta do liquidatário de nada valia sem que houvesse a planificação da Assembleia Municipal, sendo a razão porque a Assembleia Municipal e a população de Tavira mereciam ter conhecimento da situação.-----

--- Mencionou que a situação da EMPET tinha sido, de facto, um investimento pesado, mas tinha existido a comercialização dos lotes para fazer face ao investimento. A dívida era uma questão que pesava sobre o Executivo Municipal do PS porque o contencioso cujo valor era de cerca de um milhão de euros chegaria aos cinco milhões ou mais, que resultavam de uma opção do Executivo Municipal do PS quando tinham decidido que não iriam pagar, tendo optado pelo contencioso e perdido a ação tendo o valor se aproximado dos cinco milhões. Assim, aquele ónus caía sobre as decisões tomadas e não sobre a decisão do administrador de liquidação, sendo que todas aquelas situações deveriam ser clarificadas e deveriam constar da informação prestada à Assembleia Municipal e aos munícipes, com um respeito bastante maior do que tinha vindo a acontecer. -----

--- O que estava acontecer com a EMPET, era o que já tinha acontecido com outras situações, adiam-se os problemas, como eram os casos do Ginásio, da EMPET, e todos os que a origem do projeto tinha sido do anterior Presidente da Câmara Municipal agravados ainda com casos como Pego do Inferno e a Escola Fixa de Trânsito que tinham estado inutilizados ao longo de todo tempo em que o Executivo Municipal era do PS. Tinha havido um clube em Tavira que tinha um protocolo com o Município, que colocava cerca de trezentas (300) crianças por ano a aprender trânsito naquela escola, todavia tal tinha deixado de acontecer há dez (10) anos sem que houvesse uma explicação. A infraestrutura existia pelo que não percebiam porque não era utilizada. -----

--- Concluiu dizendo que o que tinha explanado era o espelho de todas as contas nos mais diversos assuntos, sendo a leitura que que a sua bancada fazia pelo que considerava que não seria ele que deveria de estar preocupado mas a Presidente da Câmara Municipal, o Executivo Municipal. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** alegou que poderiam dizer que a Câmara Municipal não tinha feito obra, que dez por cento (10 %) de despesas de capital nada representavam, que deveriam de ter executado muito mais. Tudo seria possível se não tivessem havido empreitadas cujos procedimentos tinham ficado desertos, empreitadas cujos preços tinham tido que ser revistos e lançadas novamente, concursos públicos que tinham demorado entre dez (10) a doze (12) meses, empreitadas que tinham que ter Visto do Tribunal de Contas, o que

implicava uma demora de mais dois (2) ou três (3) meses. Poderiam ter executado vinte (20) ou trinta por cento (30 %) se não estivessem limitados por toda a burocracia e contingências existentes. -----

--- Enfatizou que não protelava problemas mas resolvia-os, tendo dado como exemplo os dezassete (17) milhões de euros de dívida da EMPET que tinham passado para quatro (4) milhões de euros e os trinta milhões de euros da Câmara Municipal que tinham passado para cinco milhões de euros. Considerava que a Câmara Municipal tinha investido no desporto, pois tinham tido equipamentos desportivos completamente decrépitos e procedido à requalificação do Pavilhão e das piscinas que tinha sido praticamente a construção de novos equipamentos porque tinham sido obras superiores a um (1) milhão de euros. -----

---No Executivo Municipal do qual tinha tido a honra de participar durante doze (12) anos tinham herdado todos aqueles problemas. Não era pessoa de protelar situações, pelo que estava preocupada com a EMPET, com o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal, com as obras e, sobretudo, preocupava-se com Tavira, com os tavirenses e a resolução dos problemas.

--- A oposição gostava de fazer crer que a Câmara Municipal não fazia nada, que adiam as situações, mas o que queria dizer era que estavam no dia-a-dia para resolver os problemas, tendo requalificado escolas, pavilhões e piscinas municipais. -----

--- Acrescentou que não era apenas executar obra nova, também tinham que reabilitar património, sendo que no atual mandato tinham que gastar dois (2) milhões de euros na reabilitação do património e em habitação social, porque durante um certo período de tempo, dez (10) ou doze (12) anos tinha-se edificado novas obras mas pensava que teria que existir um equilíbrio, tendo também que se reabilitar. Mencionou que tinha muito orgulho da gestão financeira que tinha efetuado na Câmara Municipal desde a primeira hora e em ter ajudado o anterior Presidente da Câmara Municipal, Jorge Botelho, a resolver a crise e a ser reeleito, a seguir a um momento em que os tavirenses lhes tinham dado confiança. Tinha sido um orgulho enorme ter participado na resolução dos problemas sem ter colocado a Câmara Municipal em situações delicadas e sem ter que onerar as gerações vindouras, como outras câmaras municipais. Referiu que se tivesse perdido as eleições a Câmara Municipal de Tavira poderia ser apetecível pelos seus saldos de gerência de vinte (20) milhões de euros, mas talvez não fosse tão apetecível se tivessem trinta (30) ou cinquenta (50) milhões euros de dívida como outras câmaras vizinhas. -----

--- Relativamente à EMPET talvez a resolução do problema se tivesse arrastado mais do que o desejável, no entanto tinha que ficar claro que não era a Assembleia Municipal que tinha que decidir sobre a EMPET que tinha um órgão que era a Assembleia Geral que decidia sobre a empresa, tal como tinha acontecido com a Assembleia Geral da POLIS, como tinha

exemplificado. Na ânsia de querer fazer política, não se devia de criar uma política da difamação do que tinha sido feito ou não devendo-se fazer uma política de ideias e de projetos para a cidade. Tinha pretendido esclarecer também que relativamente à prestação de contas que tinham analisado era de outro Executivo Municipal, e esperava que o seu Executivo Municipal ainda surpreendesse a Assembleia Municipal com o relatório de contas do próximo ano, em linha com o orçamento.-----

--- **O Deputado Municipal David Martins** referiu que o que se tinha acabado de ouvir tinha sido uma representação do Deputado Municipal Jorge Corvo que não se coadunava com a realidade, por muito que se pensasse em fazer uma grande demonstração de factos ilusórios estes apenas iria colher frutos nos mais distraídos. As pessoas não eram incultas nem desinformadas, a ignorância ia diminuindo porque o interesse e a participação iam aumentando. Disse que enquanto tinha estado a ouvir a intervenção do Deputado Municipal, tinha pensado que, quer o Deputado Municipal quer todo o seu Grupo Parlamentar tinham vivido numa bolha, não numa pandemia causada pela Covid19, não tinham vivido as dificuldades de todos. Sabia que o Deputado Municipal era uma pessoa trabalhadora como todas as outras que ali estavam, que tinham vivido dificuldades ao longo dos últimos anos e que tinham lutado para conseguir sobreviver e conseguirem ter melhores condições de vida. Sabia que a intervenção do Deputado Municipal tinha sido apenas uma representação sendo que apenas podia constatar que não tinha lido o sumário do Executivo Municipal, porque bastava tê-lo feito para desmistificar ou pelo menos para não dizer o que tinha acabado de referir.-----

--- Acrescentou o relatório "*Prestar Contas*" que o anterior Executivo Municipal tinha elaborado e reforçou que a responsabilidade dos políticos era a de prestar contas aos munícipes, o que anterior Executivo Municipal tinha feito e era assim que considerava que devia ser feita a política. -----

--- Quanto ao relatório mencionado felicitou os funcionários municipais que tinham feito um excelente trabalho pois considerava-o muito bem conseguido. -----

--- A título pessoal pretendia dizer que embora não fosse utente dos serviços municipais, tinha-se dirigido naquela semana ao Balcão Único e tinha ficado muito agradado com o atendimento e com disponibilidade dos funcionários que o tinham surpreendido pela positiva. Quando se diziam que nada de bom tinha sido efetuado, convidava a ler o relatório, ao nível das medidas sociais, prestação de apoios para compras e vendas a pessoas idosas sem suporte familiar, disponibilização de atendimento e acompanhamento psicológico, disponibilização de alojamento de emergência, implementação do cartão para apoio à compra medicamentos, reforço do Protocolo da Conferência, sendo que não iria enumerar mais porque, de facto,

eram muitas sendo o reflexo de um investimento bem aplicado, investindo nas pessoas que era o que políticos deviam fazer. Não tinham feito tantas obras como desejado, mas ele próprio tinha partilhado aquela questão com a Presidente da Câmara Municipal, todavia a Presidente da Câmara Municipal sempre tinha defendido que as obras eram fundamentais, mas as pessoas eram muito mais importantes, tendo por isso uma postura de gestão criativa, criteriosa, séria, próxima das pessoas, com sensibilidade social e era isso que considerava ser necessário e que tinha atingido o auge durante a pandemia.-----

--- O Executivo Municipal tinha continuado a apoiar as famílias, tendo ele próprio sido beneficiado com as fichas escolares dos alunos do primeiro ciclo, a redução do IMI familiar que representava a distribuição de duzentos (200) mil euros pelas famílias, e o que considerava ter sido uma medida positiva, tinham isentado algumas famílias noutra tipo de impostos, que ele próprio tinha sido beneficiário e encontrava-se grato, assim como os tavirenses que comungavam daquela opinião, porque com as medidas elencadas o Município não tinha ajudado apenas as classes mais desfavorecidas mas também tinha ajudado a classe média que considerava muito pertinente.-----

--- Ainda analisando o relatório "Prestar Contas" o Deputado Municipal elencou as empreitadas concluídas, Requalificação e ampliação da Escola EB1+JI de Santo Estêvão, Ponte sobre o Rio Gilão, que tinha unido as margens do rio e trazido desenvolvimento, sobre a qual muito se tinha dito, mas que ninguém tinha debatido ou discutido. Alertava para as palavras do Deputado Municipal José Graça ao referir que tinha que ser efetuado um trabalho para incentivar as pessoas a colaborar, participar, opinar, para o que tinham sido realizados fóruns, onde havia a possibilidade de dar contributos, existindo todas as condições para uma participação ativa que não estava mais desenvolvida porque as pessoas tinham uma postura algo apática.-----

--- Continuou mencionando as obras concluídas, Beneficiação dos recintos polidesportivos, Obras de conservação das Piscinas Municipais, Casa da Aldeia e Jardim Público de Cachopo, que tinha contribuído para fortalecer a interioridade e criar melhores condições para as pessoas que ali viviam, intervenção no espaço público no concelho, intervenção nas paragens e nos abrigos de autocarros existentes na ER 125, melhores condições de circulação, substituição de passadiços em Cabanas, obras de conservação e ainda um conjunto de pequenas intervenções.-----

---Solicitou a todos os tavirenses que consultassem pois estava disponível e acessível todos na página de Internet do Município, nos relatórios, pelo que convidava a que confrontassem a realidade com o que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha acabado de dizer, em que tinha tentado iludir as pessoas para uma situação que não estava próxima da realidade. Acreditava

naquele Executivo Municipal, que aconteceria, com mais habitação, mais apoio às famílias e recordou os oitocentos mil euros (€ 800.000,00) que o Município, um dos poucos no Algarve, tinha investido nas empresas do comércio, turismo, restauração, hotelaria.-----

--- Para um Município com a dimensão de Tavira tinha sido uma verba bastante elevada e certamente que todos sabiam, como ele próprio também, que o Município tinha ajudado a manter negócios e empregos. Todavia também tinha apoiado a cultura, a criação de emprego, o desporto, a habitação, a educação, como ali tinha sido demonstrado. -----

--- Não tinha dúvidas algumas que todos comungavam do que os unia, a construção de uma Tavira mais forte, mais próspera e onde todos iriam "Fazer acontecer". -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** mencionou que relativamente à EMPET sabia que, evidentemente, que a Assembleia Municipal não iria decidir, sabia que quem tinha que decidir era o Executivo Municipal, até porque era detentor de noventa e nove por cento (99 %) de participação na Empresa Municipal e, como tal, o que tinha sido referido e que devia ser uma obrigação, era a informação àquela Assembleia Municipal, sendo que inclusivamente pensava os deputados municipais do PS gostariam de saber o que era pretendido, qual a solução prevista para a EMPET todavia a decisão era do Executivo Municipal. -----

--- Relativamente ao Deputado Municipal David Martins queria transmitir que tinha o defeito de trabalhar com números e ao analisar um relatório onde apenas quarenta e quatro por cento (44 %) da despesa do investimento tinha sido realizada, pensava que era pouco, pois se em termos empresariais um gestor de uma empresa fizesse um orçamento cuja execução ascendesse apenas a quarenta e quatro por cento (44 %) seria imediatamente despedido. Tinha consciência que era assim, podia estar enganado e não perceber nada da gestão pública mas na realidade de numa empresa seria daquele modo. Considerava que o importante era investir e não deixar crianças sem campo para jogar, sendo o que considerava se uma boa gestão ao invés de acumular saldo gerência, de não investir, de não recorrer a crédito. Tinham sido realizadas muitas coisas no entanto podiam ter feito muito mais. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que relativamente à matéria da EMPET e à pergunta que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha formulado, sintetizava muito rapidamente o que a Presidente da Câmara Municipal tinha dito de uma forma detalhada e esclarecida. Considerava que para ser rigoroso e fazer uma boa gestão da coisa pública seria necessário estar na posse de todas as informações e, conforme a Presidente da Câmara tinha dito, tinha na sua posse a conta de gerência da EMPET do ano de 2020 e não do ano de 2021. Ninguém podia tomar uma decisão estratégica com aquela dimensão sem ter todos os elementos na sua posse, razão porque não tinha sido apresentada àquele órgão de uma forma irresponsável, o que não aconteceria quando estivesse na posse todos os documentos e antes

da Assembleia Geral, em que partilharia as suas preocupações também com os membros do Executivo Municipal, os dados em seu poder, as suas intenções e, posteriormente, representaria da melhor forma os interesses do Município na Assembleia Geral da EMPET, sendo aquele o procedimento que julgava ser o correto.-----

--- Considerava que ao contrário do que o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha dito que tinha acontecido no Município e, tinha havido alturas em que tinha sido o único Município do Algarve a seguir aquela prática, Tavira nunca tinha deixado de investir desde o ano de 2009, havendo tempos em que no mercado que as empresas estavam atentas para saber quando o Município de Tavira abria concursos, porque era a única Câmara Municipal que continuava com dinamismo. Desde o ano 2009 que a Câmara Municipal de Tavira tinha tido uma política muito clara, pagava as suas contas a tempo e horas, e considerava muito importante que os munícipes de Tavira o percebessem e também que era para tal que existia aquela Assembleia Municipal para acompanhar, fiscalizar e pugnar pelos interesses do Município a todo o momento. -----

--- Concluiu dizendo que aquela era a realidade e a verdade, podiam dizer que era demagogia mas não era, podendo consultar os documentos, como o Deputado Municipal David Martins tinha convidado, pois todos os documentos estavam disponíveis e eram públicos no site do Município, como era obrigatório por Lei. -----

--- **O Deputado Municipal Jorge Corvo** respondeu ao Deputado Municipal José Graça, dizendo que devia ter uma outra visão, outra leitura, pois como já havia referido tinha lido o relatório do auditor que não referia o que o Deputado Municipal José Graça tinha referido. Tinha mencionado que o assunto EMPET já devia estar espelhado na documentação pelo que parecia ter feito uma leitura e apelava para que o elucidassem se fosse diferente.-----

---**A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** indicou que iria entregar uma declaração de voto para ser anexada à ata. -----

--- A declaração de voto encontra-se anexada à presente ata como documento número cinco.-

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a PROPOSTA N.º 123/ 2022/CM, Prestação de Contas de 2021, que foi aprovada por maioria com quinze (15) votos a favor dos deputados municipais José Manuel Guerreiro, Maria Margarida Flores, José Graça, Jovita Ladeira, David Martins, Gisela Viegas, Nuno Diogo, Luis Silva, Nuno Mateus, Maria Manuela Romão, José Costa, Jorge Silva, Carlos Sousa, Ângelo Pereira, Carla Martins, onze (11) abstenções dos deputados municipais Maria Dulce Reis, Jorge Corvo, Natércia Joaquim, Jorge Cruz, Liliana Fernandes, Ana Rita Pacheco, João Correia, Sónia Tomás, Artur Gomes, Ana Baioa, Rafael Dias e uma (1) abstenção do Deputado Municipal Gonçalo Santos. -----**

--- Terminados os pontos em apreciação e votação, o Presidente da Assembleia Municipal disse que passariam ao período de intervenção do público e que tinha três inscrições, pelo que iria passar a palavra ao Município Nuno Vaz.-----

--- O Município Nuno Vaz passou à leitura do seguinte texto:-----

--- *“Em resultado do incêndio que deflagrou em Castro Marim e lavrou nos dias 16 e 17 de agosto de 2021, atingindo o nosso concelho, foram destruídos milhares de hectares de matos e floresta, habitações, infraestruturas e equipamentos, a que se somou a perda de recursos naturais e de biodiversidade.*-----

--- *Esta destruição resultante do fogo, aliada aos sucessivos desinvestimentos no mundo rural, em especial na agricultura familiar e no minifúndio, veio acentuar as muitas dificuldades de quem faz da agricultura e de outras atividades rurais o seu modo de vida e fonte de rendimento, contribuindo para o crescente abandono de parcelas significativas de terra, o que por sua vez torna o território mais vulnerável, precisamente, a este tipo de eventos catastróficos.*-----

--- *Na sessão da Assembleia Municipal de 9 de setembro de 2021, o Deputado Municipal eleito pela CDU, Pedro Soares, questionou o Executivo Municipal se este já teria uma avaliação dos prejuízos, se tinham sido acionados fundos comunitários ou estatais e se tinha sido constituído um gabinete de apoio às pessoas afetadas, nomeadamente, para ajuda ao preenchimento dos formulários de pedido de apoio.*-----

--- *A Senhora Presidente da Câmara e o, então, Senhor Vereador José Vitorino referiram que ainda não estava apurado o número, e quais, as habitações atingidas cuja recuperação poderia ser apoiada no âmbito da legislação em vigor. Referiram que oliveiras, alfarrobeiras e mangueiras haviam sido destruídas, no entanto, não era ainda possível apurar o número de árvores perdidas.*-----

--- *Em resultado do trabalho de campo realizado por uma equipa de quatro técnicos, no decorrer de duas semanas, tinham sido contactadas 84 famílias, no entanto, foram referidas inúmeras dificuldades em contactar todas as pessoas afetadas e em fazer o levantamento de todos os danos.*-----

--- *A Senhora Presidente, nessa ocasião, referiu que o Executivo já estava a trabalhar com o Ministério da Agricultura no sentido da reparação da componente agrícola afetada, que tinha sido criada uma linha de apoio telefónico para as pessoas contactarem a Câmara e que estava a ser criada uma linha de apoio para algumas primeiras despesas dos afetados. Manifestou dúvidas que fundos comunitários pudessem chegar ao nosso concelho e que teria de ser a Câmara a encontrar as soluções de ajuda.*-----

--- Em resultado de uma subsequente visita ao nosso concelho, o Deputado Europeu do PCP, João Pimenta Lopes, questionou a Comissão Europeia se o Estado Português, através do Governo, se já havia solicitado a mobilização de fundos comunitários para apoio às populações afetadas. Ficámos a saber, através da Comissária Elisa Ferreira, que até janeiro deste ano Portugal não tinha dirigido qualquer pedido de assistência ao Fundo de Solidariedade da União Europeia para este fim. -----

--- Para além da inação do Governo que não mobiliza todos os recursos disponíveis, sabemos que, até ao momento, as populações não receberam os apoios necessários à reparação das perdas causadas pelo incêndio. -----

--- Tendo já decorrido oito meses após o incêndio, questionamos:-----

--- O Município de Tavira já tem uma avaliação global de quantas famílias foram afetadas e dos prejuízos materiais causados pelo incêndio no concelho, nomeadamente habitações, equipamentos, árvores e veículos?-----

--- A Câmara já solicitou ao Governo que mobilize os fundos comunitários para apoio às pessoas afetadas pelo incêndio? -----

--- Que apoios de âmbito nacional o Município de Tavira já mobilizou e/ou pretende mobilizar para apoiar os tavirenses afetados? -----

--- Que recursos materiais e/ou financeiros próprios o Município de Tavira mobilizou e/ou pretende mobilizar para apoiar os tavirenses afetados? -----

--- Até ao momento, que apoios concretos chegaram às pessoas lesadas pelo incêndio, que bens materiais foram recuperados, que apoios aos rendimentos dos pequenos agricultores foram prestados e que ações foram levadas a cabo na recuperação dos bens naturais perdidos?-----

--- **A Presidente Câmara Municipal** respondeu que o levantamento naquela altura não estava realizado mas tinha sido concluído. Relativamente às casas que tinham ardido apenas uma era de primeira habitação, todas as outras de segunda habitação e como tal não tinha havido forma de as financiar. Julgava que o Ministério da Agricultura já tinha aberto a linha de apoio para os incêndios e também quando o incêndio tinha deflagrado tinham reunido com o Secretário de Estado, de então, onde tinha sido abordada a possibilidade de haver uma candidatura para a reflorestação do Parque de Lazer, para a reabilitação do espaço e para alguns equipamentos que tinham ardido. O aviso entretanto tinha sido aberto e já tinha sido apresentada a candidatura.-----

--- Acrescentou que pensava que o Ministério da Agricultura também já tinha aberto as candidaturas, embora tivessem demorado mais tempo. Não podia precisar se tinham sido

muitas as candidaturas apresentadas, pois tinha falado já havia algum tempo com o Diretor Regional Agricultura e Pescas sobre aquele assunto.-----

--- A Câmara Municipal tinha tentado pelos próprios meios prestar apoio, tendo esbarrado na necessidade de existir um regulamento específico para o efeito. Tinham tentado celebrar um protocolo através de uma entidade, o qual tinha merecido da parte da apreciação do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal algumas dúvidas, as quais tinham sido difíceis de ultrapassar. Ainda não tinham abandonado aquela solução mas não tinha sido fácil encontrar a forma como podiam compensar as pessoas sem ter um regulamento, com todas as vicissitudes que demorava a elaborar e aprovar um regulamento atendendo à especificidade em causa.-----

--- Salientou que outra situação pertinente era que muitas pessoas não tinham o registo do que efetivamente tinha ardido, o número das árvores, os motores, as mangueiras, o que tornava ainda mais difícil contornar a questão administrativa, embora continuasse a tentar.----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** deixou um esclarecimento, quanto ao artigo 28.º do Regimento da Assembleia Municipal, o qual mencionava que nas reuniões da Assembleia Municipal havia um período para intervenção do público, com a duração máxima de 30 (trinta) minutos, durante o qual lhe seriam prestados os esclarecimentos solicitados, os quais seriam apresentados de forma sucinta e não deviam exceder os 3 (três) minutos. Embora não tivesse retirado a palavra aos munícipes presentes, aquela informação destinava-se às próximas assembleias e a outros candidatos que pretendessem intervir.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Município Carlos Albano Correia.** -----

--- O Município Carlos Albano Correia cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, os membros do Executivo Municipal, os deputados municipais, os munícipes presentes e os que se encontravam *online* e colocou a seguinte questão:-----

--- *“A questão que apresento a esta Assembleia diz respeito a um território em Cabanas de Tavira, a noroeste da rotunda quadrada da Rua Gil Eanes, o qual está em fase de consolidação com a construção da segunda fase do Empreendimento Costa de Cabanas. Este empreendimento foi licenciado literalmente em cima da linha de água ali existente desde sempre, visto que a bacia hidrográfica que a abastece vem da Conceição. No passado, sem o nível de urbanização e impermeabilização dos solos que temos hoje, já houve problemas muito graves, com os níveis de água que podem vir por esta Ribeira, com destruição de propriedades e salvamento de pessoas. Um dos edifícios do Empreendimento Aldeia Formosa foi licenciado mesmo em cima da linha de água, o qual durante os anos que esteve abandonado, devido ao processo insolvência, esteve quase sempre com a garagem inundada. Quando finalmente os*

*edifícios foram recuperados e vendidos como contrapartida pelo novo licenciamento e respetivas PH's, foi construído o jardim que ladeia esse edifício, feito uma pequena ponte sobre um canal escavado na terra do jardim, que vai dar a uma manilha de reduzido diâmetro, até ao recetáculo do Caneiro construído aquando da reconversão da Marginal, que passa por baixo de terra ao lado poente do edifício do restaurante Monteiro, que desemboca debaixo do passadiço da Marginal a poente do cais para a praia de Cabanas. Quando estava a ser feita a intervenção no jardim, alertei todos os intervenientes que o canal da água devia ser feito até ao recetáculo, visto até ter um lado preparado para isso. Em vez de acautelarem a possibilidade de grandes fluxos de água poderem afluir aquele curso de água natural, optaram por ainda estreitar mais o curso da água, colocando os últimos 20 metros antes do amplo recetáculo, uma manilha de 60 cm de diâmetro, facilmente bloqueável por alguns ramos ou detritos trazidos pela enxurrada. A situação vai agravar significativamente, pois pelo que se sabe vai ser construído um leito artificial para a ribeira ao longo do terreno do empreendimento em construção, com cerca de 280 metros, o qual vai acelerar a água até ao local onde passa a terra, junto da ponte do jardim embatendo e escavando as terras soltas do canal, afunilado para uma manilha de reduzidas dimensões. Temos tido alguma sorte como mostram as fotos (previamente apresentadas junto do executivo e do presidente da assembleia) a remoção do enorme Canavial que ali existia deixou de reter as águas e elas seguem a lei da gravidade até ao mar. -----*

*---Será que vamos ter de esperar que aconteça um problema grave de destruição de propriedades por falta de planeamento óbvio ou o Município vai acautelar e antecipar o surgimento de problemas implementando a solução inicial, mantendo o curso de água o mais amplo possível até ao recetáculo do Caneiro? Ladeando as margens da vala com sebes tal como já faz na parte existente. Mesmo esta vala, por ter uma curva considerável e ser de terra solta facilmente é escavada pela força da corrente sendo aconselhável o reforço do troço da curva." -----*

*---O Município referiu que esperava que aquela questão merecesse da parte do Executivo Municipal a atenção necessária para que se evitasse uma desgraça, pois pela forma como os fatores estavam a ser montados seria apenas uma questão de tempo até que acontecesse. ----*

*--- A segunda questão dizia respeito ao sistema vigente de atravessamento para a praia de Cabanas de Tavira: -----*

*--- "Questiono o Executivo Municipal, se recebeu a competência sobre a travessia, no processo de descentralização em curso? -----*

*--- Se sim, tencionam continuar com o sistema vigente, mantendo o concurso que estava em curso, pela DocaPesca, de concessão a 25 anos do serviço de atravessamento, por apenas uma*

*empresa, passando agora o município, a receber os mais de 50% de cada bilhete cobrado, como estava previsto no caderno de encargos do concurso. Ficando no entanto, o Município com o encargo das dragagens regulares, por forma a assegurar o funcionamento do transporte privado. Continuando de forma consciente, a promover a Destruição do Parque Natural da Ria Formosa, da Rede Natura 2000 Europeia e da Ilha Barreira, fundamental para Defesa da Costa. Pois como se sabe do caderno de encargos do concurso, foram dispensados todos os estudos ambientais e de estabilidade da Ilha Barreira, que o pudessem provar e inviabilizar. -----*

*--- Ou será que o Executivo Eleito vai ouvir o apelo das populações e da maioria dos agentes económicos de Cabanas, que lutam pelo acesso pedonal à praia há quase duas décadas. Que pedem um futuro mais sustentável para os seus negócios, para a sua capacidade de empregabilidade todo o ano, permitindo fixar mais cidadãos neste concelho, potenciando o turismo e a natureza para as famílias e os desportos náuticos, como a vela e a canoagem, para os jovens do concelho promovendo enquanto entidade pública e no interesse público, a preservação dos ecossistemas naturais, em especial daqueles que já estão claramente protegidos por planos e regulamentos, aprovados em sede própria. -----*

*--- Segundo o diretor da APA do Algarve o Dr. Pedro Coelho, em reunião tida com membros do movimento por uma ponte pedonal para a praia de Cabanas, o processo de revisão do POOC está em curso, mas tem de ser o Município de Tavira, a proceder às propostas que permitam corrigir problemas como o referido incluindo-as na revisão de PDM de Tavira, que também está em curso, para depois serem incluídas na revisão do POOC. Por isso os planos são revistos periodicamente, para os adequar às novas realidades e preocupações. -----*

*--- Como se vê, basta que haja vontade política para que tal se concretize. Está em causa a Preservação da Natureza para as Gerações Futuras.” -----*

**---A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que relativamente à primeira questão efetivamente o transporte fluvial tinha sido uma das competências que tinha passado para o Município. -----

*--- Quanto à segunda questão respondeu que não conhecia os pormenores do concurso que estava a decorrer e que tinha sido alvo de múltiplas reclamações e recursos dos vários concorrentes. Tinha havido há algum tempo uma reunião com a Docapesca – Portos e Lotas, S.A., onde tinha sido transmitido que o júri iria proceder à análise das reclamações e posteriormente iriam remetê-las para o Município, não conseguindo precisar se já o tinham feito. -----*

*--- Quanto aos pormenores das dragagens, dos cinquenta por cento (50 %), não conhecia o caderno de encargos, tendo tido conhecimento dos problemas administrativos e das reclamações, dos recursos que tinham existido, as ações em tribunal. Tinha tido conhecimento*

que o processo se tinha arrastado bastante e possivelmente face ao tempo decorrido o caderno de encargos que Docapesca – Portos e Lotas, S.A., tinha elaborado já estaria completamente desatualizado tendo que ser revisto. Era um assunto que teriam que analisar, uma vez que a competência presentemente era do Município.-----

--- No que respeitava à ponte de Cabanas, concordava com o Município Pedro Coelho sendo que ela própria também já o tinha referido. O PDM e o que constava no programa eleitoral daquele Executivo Municipal era exatamente para pugnar para que a ponte pudesse existir bem como todas as medidas de mitigação, de combate às alterações climáticas, de preservação da natureza, que também estariam vertidas no PDM que se encontrava em revisão. Estavam a trabalhar sobre isso e competiria depois às entidades emitirem os respetivos pareceres, solicitarem estudos de impacto ambiental, como por exemplo o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas tinha referido no seu parecer quando o Município tinha elaborado a proposta da ponte. A Presidente da Câmara Municipal referiu que iriam trabalhar e pugnar para que o que estivesse prometido acontecesse, sendo aquele o compromisso do Executivo Municipal.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal referiu que havia mais um município, Fialho Anastácio, que se tinha inscrito.**-----

--- O Município Fialho Anastácio começou por saudar o Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo Municipal, os deputados municipais e todos aqueles que tinham tido o privilégio estar naquela sala. -----

--- Mencionou que não ia trazer nada de transcendente, mas sentia que havia necessidade de haver alguns esclarecimentos, de algumas comunicações que tinham sido prestadas antes da Ordem do Dia e que não correspondiam à realidade do que tinha acontecido nos anos 80. Todavia tal ficaria para outra ocasião, porque as preocupações da Presidente da Câmara Municipal já eram muitas e ele gostaria que a Presidente da Câmara Municipal recebesse uma mensagem sua de grande satisfação pelo empenho e dedicação que tinha notado no exercício das funções, de todos os autarcas e inclusivamente os autarcas dos outros partidos. -----

--- Tinha gostado do que tinha acontecido na comemoração do 25 de Abril, em que tinham tido um convívio agradável, com intervenções, com sentido de oportunidade e de razão e aquela tinha sido uma das duas razões que o tinha levado aquela Sessão da Assembleia. A outra razão prendia-se com o facto de ter sido naquela Freguesia, naquela sala, onde tinha sido eleito Presidente da Câmara Municipal, nos anos 80, sendo que tinha tido trinta (30) e muitos anos de intensa atividade política porém queria deixar naquele dia uma mensagem de satisfação, de agradecimento pelo bom trabalho que tinham estado a desenvolver, felicitando-os a todos.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** agradeceu e referiu que era uma honra enorme ter dois Ex- Presidentes de Câmara a assistir no público.-----

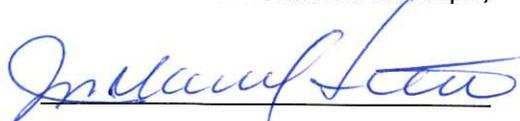
--- **Efetuada a leitura da Ata em Minuta foi a mesma aprovada por unanimidade.**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença e a entrega de todos, referindo que a democracia estava a funcionar no concelho de Tavira, haviam opiniões com as quais por vezes se concordava, outras que se discordava, mas tal fazia parte da missão política e do que defendiam.-----

--- Reiterou o agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estêvão, Jorge Silva e aos seus colaboradores, aos colaboradores do Município de Tavira, pelo trabalho e dedicação que ia sendo prestado ao longo do tempo, pelo apoio prestado à Assembleia Municipal, aos serviços de informática da Câmara Municipal e ao técnico de som Fábio Palma pelo novo equipamento que tinha sido testado para transmissão da Assembleia.--

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quarenta e sete minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois e lida aprovada vai ser assinada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal,

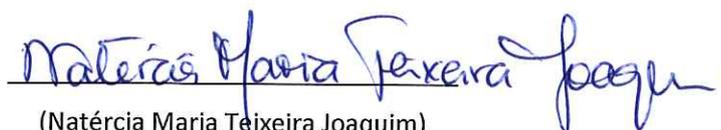


(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves)



(Natércia Maria Teixeira Joaquim)



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### VOTO DE PESAR

Dinamizador do Partido Socialista no Algarve e responsável pela abertura da generalidade das secções de residência do sotavento algarvio, Gilberto Gonçalves Ferro faleceu no dia 10 de março de 2022 na Unidade de Faro do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve, depois de uma longa vida dedicada às causas que abraçava com dedicação, gosto e empenho.

Antigo aluno do Colégio Moderno, onde conviveu com Mário Soares e tantos outros da sua geração, integrou-se nas lutas antifascistas e destacou-se como defensor do “Socialismo Democrático em Liberdade”, como gostava de afirmar, sendo um dos mais ativos militantes do processo de construção da Democracia Portuguesa e da instauração do Poder Local Democrático em Tavira e no Algarve.

Em 1984/5, foi mandatário concelhio da candidatura à Presidência da República de Mário Soares, fazendo um intervalo na sua intensa atividade empresarial nos setores da agricultura, aquacultura e salinicultura, comércio e imobiliário onde sempre soube reunir os apoios necessários para investir na inovação de processos produtivos e na diversificação dos mercados.

Apesar do seu empenhamento nas lides políticas, nunca integrou qualquer órgão autárquico ou de direção partidária por vontade própria, optando por participar no movimento associativo e cooperativo, tendo assumido funções dirigentes na



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Cooperativa dos Olivicultores de Tavira, na Adega Cooperativa de Tavira, na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio e na Associação de Beneficiários do Plano de Rega do Sotavento do Algarve, entre outras entidades.

Gilberto Gonçalves Ferro foi um dos grandes beneméritos do movimento sociocultural taviense, destacando-se como benfeitor do Aeroclube de Tavira e fundador da Casa do Benfica de Tavira e da Rádio Horizonte Algarve, e tinha, na palavra dos seus amigos, “um coração do tamanho do Mundo, raramente negando qualquer pedido de apoio!”

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 29 de abril de 2022, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Gilberto Gonçalves Ferro;
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada apresentando-lhe as mais sentidas condolências do Município de Tavira.
3. Recomendar à Câmara Municipal de Tavira que perpetue a sua memória na toponímia da cidade, em arruamento digno do seu legado para o Município de Tavira.



**PARTIDO POLÍTICO CHEGA**  
Concelhia de Tavira

**VOTO de CONGRATULAÇÃO**

**Atleta Tavirense estreia-se pela Seleção Nacional A de Andebol**

Vem o Partido Chega, apresentar um voto de congratulação, à atleta Tavirense Cármen Figueiredo.

No passado dia 03 de março (quinta-feira) a atleta Tavirense Cármen Filipa Claudino Figueiredo, com apenas 17 anos, estreou-se pela Seleção Nacional A de Andebol no jogo Portugal x Eslováquia.

Jogo de carater decisivo para Seleção Nacional de Qualificação para o Campeonato da Europa, que decorrerá na Eslovénia, Macedónia e Monte Negro de 04 a 20 de novembro de 2022.

De destacar que no presente jogo a atleta marcou 2 golos.

Cármen Figueiredo fez grande parte da sua formação como atleta no Clube de Vela de Tavira, estando neste momento a jogar na equipa de Lagos, CDE Gil Eanes.



## PARTIDO POLÍTICO CHEGA

### Concelhia de Tavira



“ É UM SONHO ESTAR AQUI. ESTOU MUITO FELIZ COM A MINHA ESTREIA E COM ESTA GRANDE VITÓRIA. A PARTIR DAQUI É SEMPRE A SUBIR ”

**CARMEN FIGUEIREDO**



No seguimento, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 29 de abril de 2022, delibera:

- Congratular Cármen Filipa Claudino Figueiredo pela sua estreia na Seleção A de Portugal;
- Congratular o Clube de Vela de Tavira, clube formador da atleta;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação nos órgãos de comunicação social locais e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 29 de abril de 2022

Pela bancada do Partido Chega,

O Deputado Municipal,

**Gonçalo Santos**

Bancada do Partido Político Chega representado na Assembleia Municipal de Tavira



Grupo municipal do PSD  
Assembleia Municipal de Tavira

## **Voto de Louvor e reconhecimento pelo trabalho e empenho dos Bombeiros que agora se reformaram o Subchefe Principal João Palhinha e Subchefe de 1ª classe Manuel Rato**

### **Nota Bibliográfica do Subchefe Principal João Palhinha**

João António Viegas Palhinhos, nascido a 30 de Março de 1961 em Tavira, onde reside atualmente, desempenhou durante quase 46 anos (16649 dias), a atividade de Bombeiro na corporação dos Bombeiros Municipais de Tavira.

Ingressou na corporação em 6 de setembro de 1976 como aspirante em regime de voluntário, passando a bombeiro de 3º classe em 26 de Dezembro de 1981.

Teve o seu ingresso no quadro da câmara Municipal de Tavira a 31 de Outubro de 1983 como Bombeiro Municipal de 3º classe onde desenvolveu a sua atividade na classe da manobra, transportando doentes, executando serviços de emergência médica e desenvolvendo uma multiplicidade de serviços de bombeiro onde se inserem o combate a incêndios urbanos, rurais, acidentes envolvendo matérias perigosas, salvamento de animais entre outros.

Foi promovido a Bombeiro Municipal de 2ª classe em 12 de Maio de 1983 e a Bombeiro Municipal de 1º classe a 12 de Julho de 1984.

Em 16 de Dezembro de 1997 é promovido a Subchefe Municipal e a toda a sua atividade operacional é acrescentada as operações de liderança de equipas e instrução de quadros do corpo de Bombeiro de Tavira.

Nos grandes sinistros que envolveram o concelho e a região esteve presente e foi sempre possível contar com o seu apoio e dedicação como os grandes incêndios nas serras algarvias, o acidente do comboio na Fuseta, o acidente do avião no aeroporto internacional de Faro ou mesmo as diversas cheias e enxurradas que assolaram a nossa cidade.

No seu percurso de aperfeiçoamento e crescimento operacional regista-se a sua passagem pelas escolas do INEM, Escola Nacional de Bombeiros, Escola de Limitações de Avarias da Armada e Escola do Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa entre outras.

No seu currículo consta entre outras a formação de tripulante de ambulâncias de emergência médica entras formações de socorrismo, cursos de salvamento e desencarceramento, condução fora de estrada, combate a incêndios urbanos combate a incêndios rurais, liderança e gestão de equipas,



gestão de conflitos, diversos treinos técnicos de organização de teatros de operações e cursos de chefes de equipa de combate a incêndios urbanos e rurais.

Devidamente condecorado no seu percurso profissional pela Câmara Municipal de Tavira por diversas vezes, pela Liga dos Bombeiros Portugueses com medalhas de assiduidade e de dedicação e ainda pela Liga Protetora dos Animais pela sua dedicação á causa zoófila e por fim condecorado com alta distinção com o crachá de ouro da liga dos bombeiros portugueses.

Reforma-se agora aos 45 anos e sete meses de serviço (16649 dias), com relevantes e inquestionáveis contributos para a dignificação do serviço de Bombeiros e em particular ao serviço de proteção e socorro do município de Tavira e do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.

### **Nota Biográfica do Subchefe de 1ª classe Manuel Rato**

Manuel António Gomes Rato, nascido a 28 de agosto de 1957, natural de Moçambique, desempenhou quase por 33 anos (11709 dias), a atividade de Bombeiro a Corporação dos Bombeiros Municipais de Tavira.

Ingressou na corporação em 01 de Dezembro de 1975 como aspirante em regime voluntário, passando a Bombeiro de 3ª classe em 21 de Junho de 1978.

Por motivos de vida pessoal ausentou-se da região na final da década de 70 tendo sido readmitido no quadro ativo a 1 de setembro de 1993.

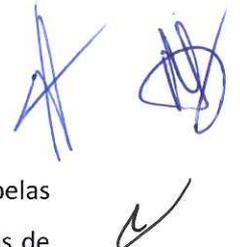
Teve o seu ingresso no quadro da câmara Municipal de Tavira a 23 de Junho de 1995 como Bombeiro Municipal de 3º classe onde desenvolveu a sua atividade na classe da manobra, transportando doentes, executando serviços de emergência médica e desenvolvendo uma multiplicidade de serviços de bombeiro onde se inserem o combate a incêndios urbanos, rurais, acidentes envolvendo matérias perigosas, salvamento de animais entre outros.

Foi promovido a Bombeiro Municipal de 2º classe em 2005 e a Bombeiro Municipal de 1ª classe em 2008.

Foi um bombeiro presente na sua atividade operacional garantindo ao corpo de bombeiro e à região a sua disponibilidade empenho e ajuda nos diversos cenários operacionais que se viveram durante a sua vida ativa profissional.

Foi o primeiro formador de Salvamento e Desencarceramento da corporação e um dos mais antigos e experientes da região, ensinando bombeiros a intervir em acidentes rodoviários deixando o seu legado formativo reconhecido pelos bombeiros de quase todas as corporações do distrito.

A sua atividade e dedicação levou-o a ser o treinador da equipa de salvamento e desencarceramento no I campeonato Nacional de Salvamento e Desencarceramento onde a equipa dos Bombeiros de Tavira registou um honroso 2º lugar a nível nacional em 2012, e o primeiro lugar no campeonato regional de salvamento e desencarceramento 2013 levando a equipa dos Bombeiro de Tavira a ser a campeã regional desse ano.



No seu percurso de aperfeiçoamento e crescimento operacional regista-se a sua passagem pelas escolas do INEM, Escola Nacional de Bombeiros e Escola do Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa entre outras.

No seu currículo consta entre outras a formação de tripulante de ambulâncias de emergência médica e outras formações de socorrismo, cursos de salvamento e desencarceramento, condução fora de estrada, combate a incêndios urbanos e combate a incêndios rurais, liderança e gestão de equipas, gestão de conflitos, diversos treinos técnicos de organização de teatros de operações e cursos de chefes de equipa de combate a incêndios urbanos e rurais.

Devidamente condecorado no seu percurso profissional pela Câmara Municipal de Tavira por diversas vezes, pela Liga dos Bombeiros Portugueses com medalhas de assiduidade e dedicação.

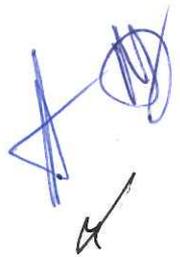
Reforma-se agora aos 32 anos (11709 dias), de serviço com relevantes e inquestionáveis contributos para a dignificação do serviço de Bombeiros e em particular ao serviço de proteção e socorro do município de Tavira tal como do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e da formação dos Bombeiros da região.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 29 de abril de 2022, delibera:

- Apresentar este voto de louvor e reconhecimento do espírito de missão e sacrifício demonstrado pelos Bombeiros do concelho de Tavira, nestes 134 anos da sua existência;
- Enviar o presente Voto de Louvor e reconhecimento pelos serviços prestados ao longo destes anos ao serviço dos Bombeiros ao Subchefe Principal João Palhinha e Subchefe de 1.ª classe Manuel Rato.

Tavira, 29 de abril de 2022

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



## Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

### MOÇÃO

#### **Atribuição da designação “Aeroporto Internacional de Faro - Almirante Gago Coutinho” ao Aeroporto Internacional de Faro**

No centenário da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, um grupo de notáveis cidadãos algarvios das mais diversas proveniências políticas, sociais e profissionais retomou a iniciativa de atribuição do nome do Almirante Gago Coutinho ao Aeroporto Internacional de Faro, promovendo a divulgação e subscrição do documento “Gago Coutinho, o Aeroporto e o Algarve”, apresentado em São Brás de Alportel, no passado dia 17 de fevereiro.

«Portugal conta com vários dos seus filhos que, por obras e feitos, deixaram o nome gravado a ouro na História da Humanidade, sobretudo na época áurea da expansão quinhentista, mas também através dos tempos.

Carlos Viegas Gago Coutinho – o almirante Gago Coutinho, Que em Faro e S.Brás tem as suas origens – foi sem dúvida um dos mais brilhantes de entre todos, ao produzir uma revolução na navegação aérea, alcançando a dimensão daqueles que descobriram as rotas dos oceanos, nos séculos XV e XVI.

A Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, protagonizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, dois distintos oficiais de Marinha que no longínquo ano de 1922,



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

quando a aviação dava os seus primeiros passos, e os homens ainda ensaiavam temerariamente a experiência de pôr a voar aparelhos que hoje consideramos primitivos, constitui um dos feitos de expressão maior nas conquistas da humanidade.

Eles ousaram atravessar os oceanos, sem ajudas, navegando com a certeza de alcançar o seu destino de forma autónoma, com base nos estudos e métodos que Gago Coutinho desenvolveu.

Usando a técnica e os instrumentos idealizados e aperfeiçoados por Gago Coutinho, os aviões passaram a poder alcançar qualquer destino que estivesse ao alcance das suas capacidades mecânicas e da sua autonomia em combustível. Foi Gago Coutinho o grande criador desta nova técnica e o obreiro de um futuro de viagens aéreas, inimaginável no princípio do século XX, que é hoje o nosso presente.

A relevância de heroico e civilizacional feito, encontra a sua máxima expressão ao ser pela UNESCO considerado Património da Humanidade, tendo como tal, a 27 de Julho de 2011, inscrito o Relatório da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul, no Registo da Memória do Mundo.

A agência especializada da ONU, afirma que a inclusão de tais documentos naquele registo reflete o seu valor excecional e significa que devem ser protegidos em benefício de toda a humanidade, além de oferecerem uma excelente oportunidade para chamar a atenção para a importância da memória coletiva e da sua salvaguarda.

Em 2019, ano em que teve lugar a comemoração do 150º aniversário do nascimento do Almirante Gago Coutinho, a Assembleia Municipal de S. Brás de Alportel aprovou por unanimidade uma moção propondo ao Governo a atribuição do nome “Almirante Gago Coutinho” ao Aeroporto Internacional de Faro. Também a AMAL agendou esta temática para consideração pelos seus membros.

As limitações sanitárias que então surgiram, e a que estivemos sujeitos nos dois últimos anos, vieram condicionar as iniciativas, ditando o protelar da sua concretização.

Agora, na ocasião em que se comemoram os 100 anos da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, uma vez libertos das peias sanitárias, entende-se dever ser reavivado o desígnio de homenagear o homem que abriu os céus ao mundo, retomando a iniciativa de propor a atribuição do nome “Almirante Gago Coutinho” ao Aeroporto Internacional de Faro.

Na divulgação de tal pretensão queremos realçar o apreço dos Algarvios pelo seu aeroporto, sendo notória a aspiração de o ver associado a tão relevante personalidade aeronáutica, oriunda da região.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira



Atribuir ao aeroporto de Faro o nome de “Aeroporto Almirante Gago Coutinho” seria uma forma de nos projetarmos no mundo, lembrando, o engenho e a capacidade criativa da gente portuguesa e o seu contributo para o desenvolvimento da humanidade.

Gago Coutinho ficou vinculado, de uma forma indelével, não só à Aviação Naval Portuguesa, que muito honrou, mas também à Aviação mundial, por virtude dos seus proficientes estudos e trabalhos sobre navegação aérea.

A par da Universidade do Algarve, o aeroporto constitui indubitavelmente a infraestrutura que aporta maiores valores, económicos e sociais ao Algarve. É pelo aeroporto, enquanto porta de entrada na região, que recebemos anualmente centenas de milhares de visitantes.

Afigura-se que nada será mais eficaz, como divulgador da imagem do Algarve, e do país, o podermos transmitir, a quem nos visita, uma mensagem simbólica de modernidade e das capacidades deste povo, valores personificados na personalidade aeronáutica, que tem as suas origens na nossa região - o Almirante Gago Coutinho.

Saldar-se-ia assim uma dívida histórica – homenageando para a posteridade um daqueles que por “feitos valorosos, se foram da lei da morte libertando”.

E projetar-se-ia Faro e o Algarve, nesta aliança a um vulto de reconhecimento universal.

Que se unam vontades, que se decida pelo progresso da Região e do País.»

Secundando a vontade dos representantes da terra natal dos seus antecessores e a determinação deste grupo de cidadãos, que aqui saudamos pela iniciativa que temos a honra de abraçar, que se unam vontades, que se decida pelo progresso do Algarve e de Portugal, recordando os feitos e honrando a memória de tão insigne e prestigiada personalidade e valorizando o nome da Região do ALGARVE.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 29 de abril de 2022, delibera:

- a) a) Recomendar ao Primeiro-Ministro e ao Governo que tomem as diligências necessárias, legais e regulamentares para designar o ALMIRANTE GAGO COUTINHO como patrono do Aeroporto Internacional de Faro, assumindo-se a designação de **AEROPORTO INTERNACIONAL DE FARO – ALMIRANTE GAGO COUTINHO**.



## PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

b) Enviar a presente moção, depois de aprovada, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, ao Presidente da República, ao Presidente e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tavira, ao Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL e a todas as Assembleias e Câmaras Municipais do Algarve, à Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e ao Presidente do Conselho Regional da CCDR do Algarve, e divulgá-la pela comunicação social regional e nacional.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista,